



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

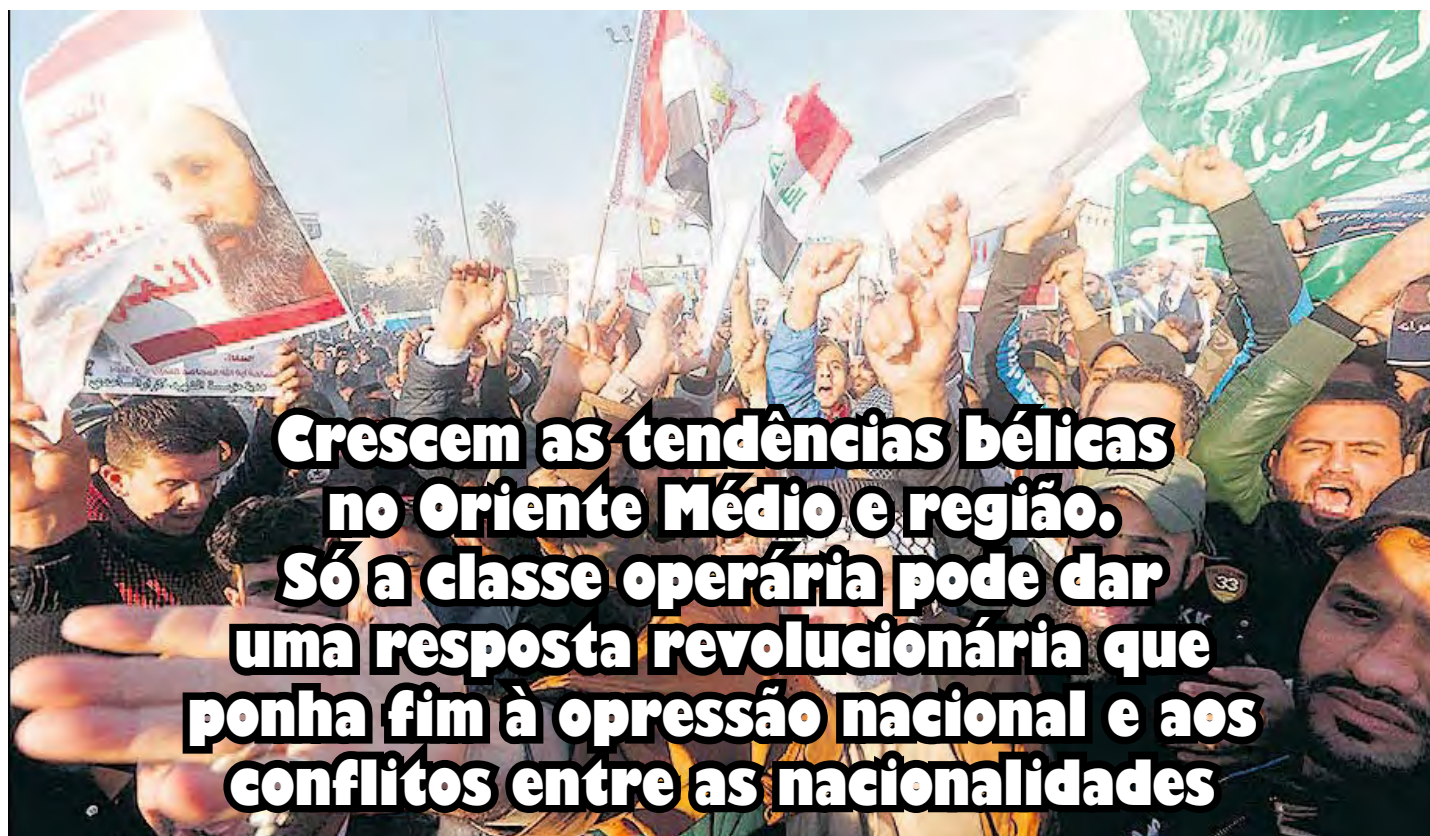
MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 512 - DE 10 a 24 DE JANEIRO DE 2016 - R\$ 3,00

**Em memória de
Rosa Luxemburgo
e Karl Liebknecht.
Viva a Revolução
Proletária!**



**Organizar a resposta da classe operária
contra os novos ataques do governo e
da burguesia ao salário e ao emprego**



**Crescem as tendências bélicas
no Oriente Médio e região.
Só a classe operária pode dar
uma resposta revolucionária que
ponha fim à opressão nacional e aos
conflitos entre as nacionalidades**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

O que a classe operária deve esperar de 2016?

O ano que findou foi uma tormenta para os explorados. A recessão se converteu em demissões massivas. Milhões de postos de trabalho foram fechados. A inflação voltou a golpear os salários. A alta do custo de vida atingiu brutalmente as famílias que sobrevivem de menos de 1 a 3 salários mínimos. As tarifas de energia, gás, água e transporte se tornaram um grande peso para os assalariados, desempregados e subempregados. A saúde pública padeceu com os cortes de recursos. Os hospitais superlotados, a escassez de médicos e enfermeiros, a falta de medicamentos e os equipamentos quebrados e obsoletos retrataram o drama vivido pela maioria da população. A impossibilidade de milhões de famílias de pagarem aluguel as empurrou para uma situação de extrema penúria. O crescimento das favelas, cortiços e moradores de rua testemunham a gigantesca tragédia social.

As nefastas consequências dessa privação econômica se manifestam por todos os cantos do país. A criminalidade, as prisões e a matança alcançaram o nível da barbárie. Parcelas crescentes da juventude e até de crianças foram arrastadas para o mundo do crime. O narcotráfico e as drogas se espalharam ainda mais, como um grande negócio que serve à economia capitalista decadente. A juventude completamente desprotegida vê na fração burguesa do narcotráfico uma possibilidade de sobrevivência. A elevação da mortalidade entre os jovens miseráveis é uma das consequências mais contundentes da decomposição da sociedade burguesa. O agigantamento do aparato da polícia militar é a outra face da crise social. A burguesia não tem como resolver as chagas do capitalismo e os seus governos reforçam com a polícia e os cárceres o Estado policial. As massas se veem, assim, diante de um poder reacionário e discriminador.

Os explorados também assistiram a uma das crises políticas mais agudas depois do fim da ditadura militar. O governo reeleito se viu diante de um movimento da oposição burguesa pela cassação de seu mandato. O processo de “impeachment” continua a ameaçar Dilma Rousseff. A disputa interburguesa se resolverá de uma forma ou de outra, mas os explorados continuarão a pagar caro pela crise econômica e pela putrefação do sistema de exploração do trabalho. Dilma Rousseff está empenhada em proteger os interesses dos banqueiros, dos credores da dívida pública, dos latifundiários, da agroindústria, das multinacionais e dos exportadores. Está aí por que assumiu plenamente as diretrizes da política econômica ditada pelo capital financeiro. O chamado “ajuste fiscal” tem por fundamento proteger os interesses gerais da burguesia e sacrificar as necessidades mais elementares da classe operária e demais oprimidos.

O governo do PT começou o ano com um novo ministro da Fazenda. Caiu Joaquim Levy e assumiu Nelson Barbosa. Mas o ajuste fiscal permaneceu! O primeiro pronunciamento do “novo” ministro foi de que não será mudada a essência da política econômica montada por Levy. Esgotadas as possibilidades políticas do ministro, assume outro que já planejava os cortes e a destruição de direitos sociais. Barbosa anunciou a “novidade” de que o governo Dilma terá de fazer mais reformas na Previdência e mexer nos direitos trabalhistas. Vão elevar a idade mínima para se ter o direito à aposentadoria – trabalhar mais tempo e contribuir mais, essa é a fórmula de Dilma/Levy/Barbosa.

O ano passado foi também de traição aos interesses da classe operária. Os sindicatos e as centrais sindicais governistas (CUT, etc.) e opositoristas (Força Sindical, etc.) não apenas fecharam os olhos às demissões em massa como também colaboraram abertamente com o patronato. Governo, capitalistas e direções sindicais aprovaram o “Plano de Proteção ao Emprego” (PPE). Os operários passaram a arcar com a crise econômica tendo seus salários reduzidos, mediante um acordo entre a burocracia sindical e os empresários. Depois de as multinacionais terem demitido em massa, faz-se a redução salarial em nome da preservação dos empregos. Foi mais um passo na “flexibilização capitalista do trabalho”. Acrescentou-se ao arsenal das “demissões voluntárias” (PDVs), dos “lay-off”, etc. o PPE. A burocracia e os capitalistas querem que se transforme em lei a “prevalência do negociado sobre o legislado”, que dará o golpe definitivo em direitos trabalhistas determinados pela CLT. Para completar, os burocratas quebram as campanhas salariais e se curvam diante da inflexibilidade patronal de não repor sequer as perdas inflacionárias.

O que a classe operária pode esperar de 2016? O passado diz muito sobre o presente. A crise econômica não será estancada e revertida. Avizinham-se grandes conflitos interburgueses em torno da gigantesca dívida pública, que consome importante parcela da riqueza nacional. A conclusão invariável dos exploradores é a de que os explorados devem se submeter a novas investidas. Dilma Rousseff deixou bem claro à burocracia sindical que a reforma da Previdência está em sua mesa. Os programas de “inclusão social”, como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, etc., sofrerão alterações para pior. A taxa de desemprego continuará crescendo. A alta do custo de vida ainda não bateu no teto. O salário mínimo de R\$ 880,00 condena milhões à miséria.

Ou os explorados reagem com suas reivindicações e com seus métodos de luta, ou avançará a pobreza, a miséria, a fome e a violência do Estado. Ou os instintos de luta da classe operária se manifestam contra os seus exploradores e a burocracia colaboracionista, ou cederá a importantes conquistas do passado. Gesta um grande descontentamento entre os oprimidos, que tem se convertido em movimentos. A tendência é de o ano de 2016 caminhar em meio a grandes conflitos. A vanguarda e as camadas mais avançadas dos movimentos estão obrigadas a levantar as reivindicações comuns a todos os explorados. Organizar a luta unitária em frente única e impulsionar a auto-organização das massas. O Partido Operário Revolucionário trabalhou e trabalhará pelas reivindicações econômicas, políticas e democráticas da maioria oprimida, desenvolvendo no seio das massas a estratégia da revolução proletária, do governo operário e camponês.

A luta pela independência política da classe operária se coloca como a principal tarefa do próximo período. É preciso que a vanguarda se unifique em torno de um programa que permita varrer a burocracia traidora, recuperar os sindicatos para a luta de classes, superar o divisionismo nas organizações das massas e potenciar os métodos coletivos e a democracia operária. É parte decisiva dessa tarefa o fortalecimento do POR e seu avanço na construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Novos obstáculos ao impeachment

As decisões do STF desconcertaram a oposição e alegraram o governo. O impeachment se tornou mais difícil. Caberá ao Senado, a palavra final. A maioria dos senadores e o seu presidente não se animaram a apoiar o movimento de destituição da presidente. Está aí por que o chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, comemorou o resultado com a declaração de que o “impeachment está natimorto”.

A outra decisão anulou a eleição da Comissão Especial. Determinou que os seus membros terão de ser eleitos pelo voto aberto e que não pode haver lista avulsa (todos os nomes serão indicados pelos líderes de partido). Era esperado que o STF seria acionado pelos partidários de Dilma Rousseff.

O governo se bate pela permanência no poder pela via legal. Suas ações políticas têm sido a de mostrar que não há motivo para a oposição evocar o mecanismo constitucional do impeachment. No julgamento do TCU, o advogado Geral da União demonstrou que o governo não fez senão manobras contábeis no caso da denominada “pedalada fiscal”, seguindo o exemplo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

A reprovação das contas do ano 2014 foi um descarado ato político dos ministros do TCU, que se perfilaram atrás dos objetivos da oposição. Essa decisão serviu de base para Eduardo Cunha disparar o gatilho do impeachment. Não se esperou um parecer e julgamento do Congresso Nacional. Desconsiderou-se que o TCU é apenas um órgão de controle que assessora o Congresso. De repente, o TCU, que nunca reprovou por completo as contas, a exceção de uma vez no governo de Getúlio Vargas, se arvorou em juiz da moral e da legalidade.

A decisão de levar adiante o movimento pró impeachment ficou nas mãos do presidente da Câmara Federal, implicado até o nariz no escândalo de corrupção na Petrobrás. Utilizando de seus poderes, Cunha procurou aplainar o caminho para a vitória do impeachment. Determinou a eleição secreta dos membros da Comissão Especial, encarregada de decidir pela admissibilidade ou não do processo de impeachment, e aceitou a lista opositora em separado. Com esse expediente, constituiu-se uma maioria favorável à deposição de Dilma Rousseff.

Era e é fundamental criar um clima político no Congresso Nacional a favor do impeachment e assim mostrar à população de que tudo se passa dentro da normalidade democrática. O passo inicial foi o de montar uma Comissão Especial que desse um primeiro golpe mortal no mandato da presidente. Teve-se o cuidado de impor o anonimato e de reduzir a ascensão dos líderes partidários sobre os deputados. Evidenciou-se o ingrediente golpista, manipulado por um facínora que se declarou inimigo irreconciliável de Dilma Rousseff. O PSDB e aliados sentiram-se fortalecidos em sua empreitada.

Como revogar o mandato de um presidente eleito pelo voto popular começando o processo de impeachment com os deputados escondendo seus votos? O que o STF fez foi não partilhar da manobra montada por Eduardo Cunha, com o apoio do PSDB e aliados. Escorada na Constituição, a maioria dos ministros deu causa à interpelação feita pelo PCdoB, da base

aliada o governo. Quanto ao poder de decisão final do Senado, já estava estabelecido com o impeachment de Collor.

Como se pode ver, não se tratou precisamente de uma vitória de Dilma Rousseff. Tratou-se de a mais alta corte do país se resguardar diante de um resultado do processo de impeachment que é golpista.

O conjunto de manobras no seio do Estado - da reprovação das contas da União pelo TCU até a montagem de uma Comissão Especial flagrantemente pró-impeachment - evidenciou que ganhavam corpo as ações antidemocráticas da oposição. A mensagem do STF foi no sentido de dizer que decidissem pelo impeachment, mas que se resguardassem normas elementares como a dos deputados mostrarem o seu voto. Que aprovassem o impeachment, mas conservando a regra já estabelecida do Senado ter a última palavra.

Nesse preciso sentido, foi uma vitória de Dilma Rousseff. Não sabemos se alcança para afirmar que está assegurada a vitória final, como anunciou Jaques Wagner. Provavelmente, ao se desbaratar as primeiras manobras de Cunha e assegurar o poder do Senado, o caminho se tornou mais acidentado para o PSDB e seus consortes golpistas.

Para dificultar ainda mais, o senador Acir Gurgacz (PDT), responsável pelo parecer sobre as contas do governo, considerou improcedente a sua reprovação pelo TCU. Na condição de relator da Comissão Mista de Orçamento, aprovou-as com ressalvas, como fazia o TCU costumeiramente. Há ainda um trâmite pela frente, que pode reverter o parecer de Gurgacz, mas para o governo foi um bom início.

A renúncia do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pode-se acrescentar como mais um acontecimento que reforça as fileiras pró-governamentais. Espera-se que Nelson Barbosa, um homem mais sintonizado com o petismo, possa implantar a almejada reforma da Previdência e trabalhista. Almejada, evidentemente, pela burguesia. A CUT, MST e movimentos populares perderam a bandeira de “Fora Levy”, que tanta apreensão causava na presidência da República. Restou-lhe o “Fora Cunha”, que é consensual.

A grande manifestação da CUT e aliados da frente popular de defesa do governo reforçou a trincheira do governo. Em comparação, pode-se dizer que a esvaziada manifestação de classe média convocada pelo movimento pró-impeachment foi um fracasso a favor de Dilma Rousseff. Se esse recuo se mantiver, a tendência é de a oposição perder força na disputa no aparato do Estado. O governo conta com essa possibilidade que, por sua vez, depende do agravamento ou alívio da crise econômica.

Mesmo se tendo consciência de que a manifestação da CUT se deu sob a base do aparato, a demonstração indica que o governo não está isolado. A burguesia não está unificada em torno do impeachment. Há setores regionais que ainda têm a ganhar com a continuidade de Dilma Rousseff. Nos meios jurídicos e acadêmicos, importantes para a formação da opinião pública burguesa, há resistência ao golpe institucional. Uma parcela de governadores e prefeitos influentes na política nacional teme o avanço da crise política para um horizonte desconhecido.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

A recondução do deputado Leonardo Picciani à liderança do PMDB na Câmara Federal foi uma demonstração de força da ala do PMDB do Rio de Janeiro, que vem se mostrando um firme aliado de Dilma Rousseff. As conspirações de Michel Temer destinadas a arrastar a maioria do PMDB para o campo da oposição têm sido denunciadas e desmascaradas. É bem possível que Eduardo Cunha não consiga manter-se por muito mais tempo no cargo de presidente da Câmara. Sua queda poderá estabelecer um novo equilíbrio de posições no Congresso Nacional que favoreça a base governista. Por seu turno, Renan Calheiros, embora implicado nas delações da Operação Lava Jato, mantém-se firme na presidência do Senado e na posição de influente oligarca do PMDB trabalha contra a deposição de Dilma Rousseff.

É bem possível que o governo tenha juntado todas essas peças para que Jaques Wagner declarasse que o “impeachment está natimorto”. Nem tudo está, porém, tão bem definido para se afirmar que o vendaval já passou. A instabilidade política é grande, de maneira tal que ora as forças do impeachment aumentam, ora diminuem. Na base desse fenômeno, estão a recessão, a perda na margem de lucro das empresas, a elevação do endividamento do Tesouro Nacional, a dificuldade da política econômica de garantir o superávit primário, a pesada carga tributária, etc.

Os explorados vêm arcando com as demissões em massa, perdas salariais, quebra de direitos sociais, brutais acordos de flexibilização de trabalho, aumento da pobreza e da miséria. A permanência de Dilma ou a constituição de um novo governo não modificará essencialmente as condições de existência das massas. Há que rejeitar o argumento governista de que é melhor Dilma do que Aécio (ou Temer). Não se trata de apoiar um contra o outro, como têm feito algumas correntes de esquerda.

Toda campanha da CUT em defesa de Dilma Rousseff tem resultado em renúncia às reivindicações da classe operária e dos demais oprimidos. Na ausência do partido revolucionário, os explorados não têm como se manifestar perante a crise com sua própria política e estratégia de poder. A burocracia sindical petista e lideranças de movimentos conservam o proletariado sob a influência da política burguesa. Não por acaso, expressa

Golpe e contragolpe

Por enquanto, o movimento golpista liderado pelo PSDB e a reação contragolpista do governo petista permanecem no âmbito do Congresso Nacional. É bem provável que os dois lados da disputa interburguesa acabem recorrendo à população. A CUT do Rio de Janeiro fez um gesto de mobilização, mas sem expressão. No dia 16, ocorrerão manifestações em São Paulo e Brasília. Os organizadores do movimento pró-impeachment também prometeram sair às ruas.

A oposição impôs uma derrota ao governo obtendo a maioria que irá constituir a Comissão Especial, que decidirá pela continuidade ou arquivamento do processo de cassação do mandato presidencial. A votação secreta e formação de chapa avulsa – uma manobra de Eduardo Cunha – serviram para indicar o quanto de apoio tem o governo. Os 272 votos da oposição não são suficientes para consumir o golpe institucional. Os 199 em favor de Dilma Rousseff, no entanto, demonstraram uma pequena margem para barrar o golpe – apenas 27 a mais do necessário. Esse resultado demonstrou que as forças golpistas têm ganhado terreno no Congresso Nacional.

as posições institucionais do governo.

Há um só motivo decisivo para os explorados e a sua vanguarda combater contra a derrubada do governo: *o impeachment é um instrumento antidemocrático inscrito na Constituição como salvaguarda do direito da burguesia destituir um governo eleito*. A democracia formal do regime burguês não admite o princípio elementar da revogabilidade do mandato do eleito por aqueles que o elegeram.

A população, que é constituída da maioria oprimida pela minoria burguesa, é convocada a eleger de quatro em quatro anos o novo governante, mas uma vez eleito este não depende em nada daqueles que o elegeram. Seu mandato não pertence à população, mas sim à burguesia que controla os partidos e o Estado. Não por acaso, os partidos e candidatos são financiados pelas empresas, que com seu poder econômico dita, em última instância, a governabilidade.

É certo que os motivos alegados pela oposição para derrubar Dilma não se sustentam nem mesmo no ordenamento jurídico e na política real dos partidos em disputa pelo poder do Estado. Todos são mantidos com o dinheiro das empreiteiras, bancos, multinacionais, etc. Todos se utilizam da venalidade. Os motivos alegados pelos defensores do impeachment servem também aos partidos da oposição, que se beneficiariam da derrubada de Dilma Rousseff e do PT. Bastariam esses motivos para os explorados se colocarem contra o impeachment. Mas, no fundamental, é preciso rechaçar o impeachment como medida antidemocrática. Neste ponto, o PT, seus aliados e a CUT se submetem, como reles socialdemocratas.

Em luta, a tarefa correspondente é a de constituir um **Tribunal Popular**, que, por sua independência e por expressar a vontade soberana das massas, investigará e punirá os crimes da burguesia. A vanguarda está diante do dever de propagandar no interior dos sindicatos, dos movimentos e das lutas a estratégia de poder da classe operária, de agitar as reivindicações que unem a maioria oprimida e organizar a ação direta das massas. É preciso combater o golpismo da direita burguesa com o programa e com os meios próprios dos explorados.

Pouco antes da votação, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, reuniu uma plêiade de juristas que apresentou argumentos de inconstitucionalidade do processo de impeachment. Vários governadores do Nordeste e o governador do Rio de Janeiro rechaçaram o impeachment sob o mesmo argumento de que não há base legal para incriminar Dilma Rousseff. O Conselho Nacional de Igrejas Cristã do Brasil (Conic) - distintamente do Conselho Nacional de Pastores e da Convenção Geral das Igrejas Assembleia de Deus no Brasil – acusou Eduardo Cunha de dar prosseguimento à representação pelo impeachment em base a “argumentos frágeis”. O ex-ministro Ciro Gomes (PDT) denunciou o vice-presidente Michel Temer de ser “capitão do golpe”.

No dia da votação na Câmara Federal, 8/12, veio a público uma carta de Temer rompendo com Dilma, embora o PMDB continue na base governista. Dois dias antes, 6/12, os jornais informaram que o PSDB estava unido em torno do impeachment e da posse de Michel Temer. Dilma declarou que confiava em seu vice, logo em seguida “alguém” vazou a carta pessoal de Temer. Governo e

oposição procuram apoio de grandes empresários. O silêncio de importantes aliados do governo, que há pouco tinham recomendado cautela com a crise política, indica que Dilma está perdendo apoio do poder econômico. O jornal Estado de São Paulo, chefe noticioso da campanha pela derrubada do governo petista, em seu editorial, estampava a defesa do impeachment. Terminada a votação na Câmara Federal, o ministro do STF, Luiz Edson Fachin, aceitou o recurso do PCdoB contra a formação de chapa avulsa, suspendeu a posse da Comissão Especial e, agora, se aguarda a decisão do plenário do STF. As intrigas palacianas e as ações conspirativas, assim, acabaram sendo expostas à luz do dia.

O Conselho de Ética arrasta a decisão sobre se Eduardo Cunha deve ou não sofrer o processo de cassação de mandato por ferir o decoro parlamentar (mentiu descaradamente que não tinha contas secretas no exterior). Com o poder de presidente da Câmara, Cunha manobra em sua defesa e em favor da derrubada do governo petista. O delinquente que deu causa à oposição golpista é quem presidiu a sessão que deu maioria à oposição para compor a Comissão Especial.

É indescritível o que se passa nas sessões do Conselho de Ética, que se arrasta sem tomar a decisão. Cunha se tornou um importante instrumento da oposição. O que reflete no interior do Conselho de Ética, cujos parlamentares não se importam em mostrar que não passa de um circo. Antes, os governistas contaram com a disposição de Cunha de considerar a representação do impeachment como improcedente. Agora, precisam de sua remoção para estreitar o campo de manobra da oposição. São disputas parlamentares que têm por trás o movimento conspirativo nos bastidores do Estado.

Sempre esteve claro que a interrupção do mandato de Dilma dependia do PMDB. Temer se desligou da função de coordenador político do governo. Desembaraçado, anunciou que a crise exigia um figurão que unisse o país. Divulgou um plano econômico indicando que o governo de Dilma era incapaz de superar a crise. A Convenção do PMDB impulsionou o seu afastamento da base aliada governista. Eduardo Cunha continuou a comandar a ala peemedebista pró-impeachment. Sob a direção de Paulo Skaff, do PMDB, a Fiesp passou a atacar abertamente a política econômica e a acenar pela saída de Dilma. A ala governista liderada por Leonardo Picciani na Câmara Federal, que, por sua vez, está vinculado ao governador do Rio de Janeiro, mostrou não ter força no interior do PMDB. Nas disputas internas, acabou sendo substituído pelo deputado Leonardo Quintão, de Minas Gerais. Cabia à ala de Michel Temer decidir de que lado da balança ficaria. A renúncia de Elizeu Padilha, homem de Temer, do ministério da Aviação foi mais um alerta para o governo de que o PMDB pende para o impeachment, tendo como beneficiário Michel Temer. A dificuldade do vice está em que também assinou decretos que constam das alegações de violação da Lei de Responsabilidade Fiscal. É claro que sempre haverá um jeito de isentá-lo. O movimento de derrubada de Dilma não tem a ver com ilegalidades cometidas. Trata-se de um movimento essencialmente político de derrubada do governo eleito, que tem perdido apoio da burguesia e que caiu em desgraça diante dos explorados que suportam todo tipo de ataque capitalista.

O governo, PT, CUT e aliados se apegam à justificativa legal, bem como os seus adversários. Evidentemente, o desen-

volvimento da crise, convertendo-se em recessão, obrigou o governo a fazer manobras financeiras. No fundo, agiu assim de acordo com os interesses gerais da burguesia, que nem sempre atende a interesses particulares de suas frações. Mesmo que a transação entre o Tesouro e os bancos estatais tenha sido utilizada para garantir o pagamento do Programa Bolsa Família, etc., Dilma estava cumprindo seu papel de governo burguês. Foi mais do que demonstrado que Fernando Henrique Cardoso também recorreu a tais expedientes. Quanto à corrupção, o PT não deve nada ao PSDB, DEM, PMDB, etc.

A divergência sobre a legalidade será decidida não pela lei, mas pela força política que cada um tenha na disputa interburguesa pelo poder do Estado, que não se encerrou com as eleições presidenciais. Nota-se que Dilma perde terreno no Congresso Nacional, com um contingente de peemedebistas cada vez maior passando para a oposição. Na política burguesa, a palavra traição não tem o menor sentido prático e moral. Se Dilma permanecer no poder não será porque provou que as transações do governo não configuraram um crime de responsabilidade, mas porque a burguesia nacional e a internacional não chegaram à conclusão sobre o esgotamento total do governo. Caso contrário, o movimento pela derrubada de seu governo se imporá segundo a interpretação que se queira dar à lei. O caso de Cunha é exemplar, está mais do que provado que é um delinquente da política burguesa, mas se mantém de pé dirigindo a Câmara Federal de acordo com a força política que dispõe no PMDB e na oposição.

O governo, PT, PCdoB, CUT e aliados dos “movimentos populares” estão obrigados a se defender com as armas jurídicas e a se submeter a um Congresso Nacional apodrecido porque são parte da política burguesa e da caricatura de democracia que se instituiu depois do fim da ditadura militar. Não terão como recorrer revolucionariamente às massas para quebrar a espinha dorsal do movimento golpista. O máximo que podem fazer é organizar manifestações arregimentadas em defesa de seu governo. Não lutam contra o impeachment porque é uma medida autoritária e porque somente quem o elegeu pode destituir o eleito. Não irão às massas denunciar a caricatura democrática do Congresso Nacional, das demais instituições do Estado e da venal imprensa burguesa, que comparece como arauto da legalidade e da moralidade.

É preciso dizer claramente que o golpe institucional, que, distintamente do golpe militar, preserva o regime político, se dá por meio de um processo fraudulento e do instrumento autoritário do impeachment. O governo e o PT reconhecem o impeachment como democrático. Reclamam apenas do processo legal que não comprova nenhum crime de responsabilidade que fira a Constituição e a estabilidade do regime burguês. Saem em defesa da democracia em geral, quando é essa caricatura de democracia, concretamente mantida por partidos oligárquicos, corporativos, apodrecidos e reacionários, e povoada de políticos como Cunha, que pode cassar seu mandato. Como o PT e aliados de esquerda reconhecem o impeachment como instrumento de cassação de mandato e o Congresso Nacional como poder legítimo para aplicá-lo, estão desarmados e subordinados ao número de parlamentares que se coloque pela continuidade do mandato de Dilma Rousseff. O fato de a oposição conseguir a maioria dos representantes na Comissão Especial alenará o PMDB a se juntar com o PSDB e constituir uma aliança pela

destituição de Dilma. Essa é a tendência da crise política.

As bases operárias, camponesas e da pequena-burguesia urbana devem exigir o rompimento da CUT com o governo Dilma e com a política burguesa do PT, para assim poder se colocar contra o impeachment e defender a bandeira democrática de que somente a população que elegeu Dilma pode destituí-la. Enquanto a luta contra o golpe institucional for confundida com a defesa do governo burguês de Dilma, que protege a burguesia e ataca os explorados, a CUT e os sindicatos não terão como responder à crise com independência política. Não será possível convencer as massas de que estão diante de um golpe institucional e de que é preciso derrotar os objetivos reacionários do PSDB e seus aliados servindo de escora ao governo que se entregou às exigências do capital financeiro. A derrota dos golpistas não deve ter por objetivo garantir a sobrevivência a um governo que tudo fará para se aproximar ainda mais do imperialismo. As correntes de esquerda e direções sindicais, camponesas e populares que se mantêm nessa linha de salvar Dilma, sem combater seu governo, traem os explorados. Estamos certos, infelizmente,

Opressões

De onde virá a justiça?

Os pais de Vitor Pinto, de dois anos, que foi degolado em Imbituba, Santa Catarina, denunciaram o crime de ação racista. São indígenas na nacionalidade Caingangues. Realizou-se uma missa de 7º dia em que os presentes de mãos dadas em forma de corrente, juntamente com os pais, pediram justiça. Exigiram a prisão de Matheus de Ávila, de 23 anos, que se encontra no presídio de Tubarão e que confessou o crime. O delegado, Rafael Giordani, avalia que se trata de um crime de psicopatia, que não revelou nenhum remorso. Segundo a autoridade, Ávila é viciado em drogas e faz parte de uma seita satânica. Admitida essa hipótese, estaria descartado o crime racial.

Com toda razão, os pais indígenas denunciaram a tentativa de desqualificar o assassinato. O fato, se comprovado, de o degolador ser dependente de drogas não significa que não tenha agido por ódio racista. Ainda mais, deve se levar em consideração se Ávila não agiu a mando de um círculo de racistas de Imbituba. É do conhecimento de que os indígenas Caingangues sobrevivem vendendo seus artesanatos na cidade. Há relatos de que são enxotados dos locais onde comercializam seus produtos. Setores da classe média e comerciantes têm os indígenas como um corpo estranho ao meio e um estorvo para a sociedade.

Os pais de Vitor, com seus três filhos, vieram a Imbituba para ganhar a vida. Na quarta-feira, dia 31 de dezembro, Sonia da Silva alimentava o menino à sombra de uma árvore quando Ávila lhe cortou a garganta. O requinte da crueldade é indescritível. O golpe, portanto, foi planejado. Está aí por que é preciso saber se o assassino não maneja a arma cortante a serviço dos racistas catarinenses. De qualquer forma, o ódio racista encarnado pelos indivíduos nunca é individual.

Segundo os preceitos da justiça burguesa, o criminoso deve ser processado, julgado e punido. No entanto, as vítimas não confiam que Ávila pagará pelo crime. E não confiam justamente porque se trata de uma violência racial contra indígenas pobres e oprimidos. O delegado Giordani já indicou que será alegado crime por insanidade mental. É direito dos pais exigirem a punição exemplar do assassino.

que assim se passará até o final do desfecho da crise política.

É necessário lutar contra o impeachment e derrotar os golpistas nas ruas. Mas para isso é preciso combater no campo da independência de classe. Mostrar ao proletariado que não se trata de defender e sustentar o governo antipopular e antinacional do PT. Trata-se de se opor à medida autoritária da cassação do mandato de Dilma pelo Congresso Nacional controlado por facínoras da política burguesa. Há que levantar bem alto a defesa da constituição de um **Tribunal Popular** criado pela ação coletiva dos explorados. Não se pode ter dúvida de que interessa aos pobres e famintos conhecer a verdade sobre os crimes políticos dos partidos da burguesia, entre eles os do PT. *Não ao impeachment autoritário! Não ao golpismo do PSDB, DEM e aliados! Somente a população que elegeu o governo pode destituir Dilma! Por um Tribunal Popular que investigue todos os partidos e empresários envolvidos nos escândalos de corrupção! Organizar um movimento nacional em defesa das reivindicações de emprego, salário, previdência, saúde, moradia e educação!*

9/12/2015

A classe operária e os demais oprimidos devem denunciar a violência contra a família de Sônia da Silva e Arcelino Pinto como racismo anti-indígena e exigir que a justiça seja feita segundo a reivindicação das vítimas. É preciso ter claro, porém, que a justiça burguesa sempre estará do lado dos opressores e que acobertará os fundamentos de classe do crime racista.

É necessário partir do acontecimento trágico que aparece como um caso individual e isolado para revelar as raízes sociais de sua motivação. A punição judicial do criminoso somente terá importância para a luta contra a opressão caso não se encerre em si mesma e não se reduza à vingança.

A degola da criança é a demonstração de que os indígenas pagaram alto preço pela colonização e que ainda pagam para se manter como pequeno contingente sob o capitalismo putrefato. Não haverá justiça alguma que venha do Estado e, portanto, da burguesia, que abra caminho para se solucionar a opressão nacional sofrida pelos indígenas. Está aí por que não se deve alimentar a mínima ilusão de que o encarceramento do assassino será de fato uma justiça.

É preciso responsabilizar o Estado, os governos e os exploradores pelo crime racial. Trata-se de levantar o programa do direito à autodeterminação das nacionalidades índias, que sobreviveram ao genocídio dos colonizadores. As terras em que vivem devem ser imediatamente expropriadas, expulsos os latifundiários e entregues aos indígenas. O crime contra a família de Sonia da Silva é apenas mais um dos atentados contra o direito à existência dos indígenas.

O movimento operário, camponês e indígena deve se colocar pela constituição e um tribunal popular para apurar e punir todos os crimes raciais e determinar a via para acabar com as opressões. Não se deve isolar o ataque racista à família Caingangues da opressão geral sofrida pelas nacionalidades índias, como não se deve isolá-lo dos demais ataques diários racistas contra os negros. Um e outro é parte do mesmo problema. Somente um tribunal popular pode demonstrar aos explorados as raízes de classe de toda a opressão.

Por um programa de defesa da juventude

De janeiro a novembro de 2015, a polícia de São Paulo matou 532 pessoas. Segundo o governo Geraldo Alckmin, houve um progresso na redução das mortes. Isso porque, em 2014, a polícia tirou a vida de 610. Outra comparação, no entanto, indica o avanço nessa modalidade de repressão. Em 2006, morreram nesta circunstância 495. Esse tipo de avaliação oculta o fundamental: os brutais números mostram a existência de uma guerra social.

O ano de 2015 ficou marcado pelas chacinas em Osasco, Barueri, Carapicuíba e Itapevi, que deixaram em uma única noite 23 mortos. O assassinato coletivo se tornou corriqueiro. A imprensa reclama uma polícia mais bem preparada e o governador diz que seu secretário de Segurança tem sido rigoroso com os casos de violação dos direitos humanos pela polícia. No dia seguinte, a guerra continua tal qual no dia anterior.

Chama atenção o fato da quantidade de jovens assassinados pelas forças policiais. Os números dizem que um em cada quatro mortos está na faixa de 16 a 17 anos. Os mesmos números indicam que dois em cada três jovens assassinados pela polícia são negros. O estudo da Universidade Federal de São Carlos comprova que 44% dos assassinados estão abaixo dos 19 anos. Esses dados surpreenderam os analistas que tinham conhecimento de que a maioria das vítimas era de pobres e negros. A novidade está em que avança a mortandade de adolescentes. O ex-senador, Eduardo Suplicy, agora secretário municipal de direitos humanos na prefeitura petista de São Paulo, explicou que a população negra em São Paulo é de 37%, mas que os jovens negros de 15 a 29 anos correspondem a 64%. Isso explicaria a maior incidência de homicídios sobre a juventude negra.

A questão é o que está acontecendo com um número tão elevado de jovens que terminam suas vidas crivadas de balas pela polícia. Há uma evidente decomposição social que não poupa jovem e criança. As famílias empobrecidas pelos baixos salários, pelo desemprego e pelo subemprego se desagregam e não têm como livrar os filhos do crime e da violência policial. Sabemos que não é um fenômeno novo, mas suas proporções são aterradoras. Não por acaso, as Fundação Casa e as cadeias estão repletas de jovens.

O capitalismo no Brasil impulsionou a industrialização em determinadas regiões. O estado de São Paulo concentra o maior parque industrial. Era de se esperar que desenvolvesse como parte das forças produtivas uma vida social mais elevada, de maneira que o crime como negócio fosse controlado e descendente. No entanto, ocorre exatamente o contrário. A polarização entre a riqueza e a pobreza é estarrecidora. A juventude operária paga um alto

preço. O capitalismo concentrador de riqueza não tem como protegê-la e incentivar suas capacidades criadoras. Não tem como incorporá-la de conjunto à produção social. E não tem como incorporá-la de conjunto aos estudos. A camada que tem emprego e que frequenta a escola, por sua vez, é sacrificada física e mentalmente. A superexploração do trabalho se torna um tormento. A escola reflete essa realidade adversa.

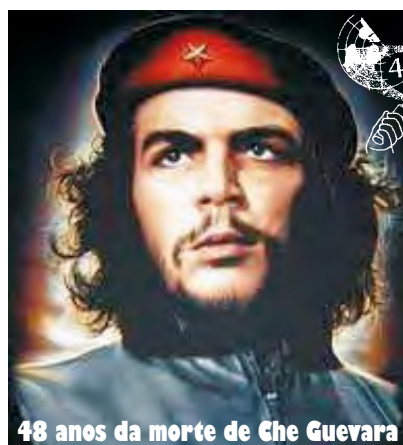
Os dados sobre o assassinato de jovens pela polícia, portanto, pelo Estado capitalista, têm servido a lamentações de parte de setores da burguesia, de organismos de direitos humanos, de religiosos e da esquerda acadêmica. Clamam por uma polícia mais civilizada. Exortam os governos a qualificar os policiais. A direita burguesa e setores reacionários da classe média, ao contrário, exigem mais violência policial e mais ação judicial. Está em curso no Congresso Nacional uma emenda constitucional que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos. O aumento da criminalização, portanto, seria a forma de conter a violência. Ocorre que não há em absoluto a impunidade como afirmam os direitistas. Basta ver a matança de jovens pela polícia, a detenção de milhares de menores na Fundação Casa e de maiores nas prisões. O fato é que nenhuma das variantes da política burguesa tem como responder socialmente à crescente criminalidade.

O problema passou para as mãos dos oprimidos, em particular para a classe operária. A defesa da juventude é parte do programa da revolução social. As reivindicações e medidas urgentes ainda nos marcos do capitalismo somente serão defendidas perante o Estado e impostas à burguesia pelas massas em luta. Eis o ponto de partida: *incorporação de todos os jovens na produção social e nos estudos*. Nenhum jovem poderá

ficar desempregado e fora da escola. É no trabalho e no estudo que desenvolvem suas capacidades; tornam-se capazes de manejar a teoria e a prática; compreendem a sua importância para o avanço da sociedade; forjam uma personalidade social e descobrem que as qualidades individuais devem ser desenvolvidas em função da coletividade.

Esse programa, colocado em sua essência, se volta contra a exploração capitalista do trabalho. No momento em que a juventude se rebelar juntamente com a classe operária, partindo das reivindicações mais elementares, será desmascarado o falso humanismo burguês e execrada a criminalização. A polícia e todas as instituições repressivas evidenciarão sua função bárbara de manutenção da ditadura de classe da minoria burguesa contra a imensa maioria trabalhadora. A luta não é para democratizá-las, mas para demolí-las. A situação de crise é propícia para as massas juvenis virem ao encontro do programa revolucionário e da tarefa de construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Adquira com o distribuidor deste



**Che Guevara e Nós
(Foquismo e Guerrilhas)**

Guilherme Lora

**Partido
Operário
Revolucionário**



MASSAS

Caos na saúde do Rio é crime contra vida das massas

Governos entregaram gestão da saúde para setor privado, privatização é a outra face da precarização

Na última semana de 2015, a crise na saúde do Rio de Janeiro atingiu seu ápice, com as denúncias da falta de materiais básicos como luvas, esparadrapos e agulhas. Das 29 UPAS, 17 pararam de funcionar, colocando como critério de atendimento estar “em risco de morte iminente” (enfartando ou ferido a bala); e unidades de emergência foram fechadas. Doze hospitais reduziram os leitos pela metade e chegaram a bloquear as portas com tapumes, para impedir que os pacientes desesperados entrassem em busca de atendimento. O Hospital da Mulher fechou seu pronto socorro em meio à epidemia de zika e a imprensa registrou a presença de grávidas chorando de dor diante das portas fechadas.

Pacientes perambulam de um hospital a outro e a omissão de socorro virou a regra. É evidente que o não atendimento a casos de dengue, diarreia, cortes, problemas cardíacos, dentre outros, levarão à morte pacientes que poderiam ser salvos. No IML, o atraso na liberação dos corpos leva a apodrecerem fora das geladeiras, causando ainda mais dor aos familiares. Estamos diante de um verdadeiro crime da burguesia e seus governos contra a vida das massas.

Agravou-se uma situação que já era insuportável. Não por acaso, ainda se sofre com doenças do século XIX, como a tuberculose, cuja taxa de incidência nas favelas cariocas é 11 vezes maior do que a média nacional. São cerca de 15 mil tuberculosos no estado. Com o aumento do desemprego aumenta a precariedade nas moradias, condições de higiene e de alimentação. Setores das classes médias que não podem mais pagar seus planos de saúde, voltam a depender exclusivamente do SUS. Com a queda na arrecadação de impostos decorrente da retração na indústria, comércio e serviços, a tendência é de agravamento da situação da saúde pública, assim como de todas mazelas que os explorados e oprimidos sofrem.

A crise fiscal

O governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) decretou estado de emergência, na última semana de dezembro, e conseguiu R\$45 milhões da União e recursos extras da receita do estado para pagar fornecedores e terceirizados, apenas diminuindo a dívida que chega a R\$1,4 bilhão. Estes recursos, segundo o governador, durarão até 10 de janeiro, porém continua o atraso nos salários dos terceirizados, a falta de materiais básicos e a restrição ao atendimento. O prefeito, Eduardo Paes (PMDB), buscando colher frutos eleitorais, repassou R\$100 milhões e anunciou a municipalização de dois hospitais em crise. O governo federal prometeu repassar mais R\$90 milhões, o que equivale a ministrar uma aspirina para um paciente com tumor cerebral. O Judiciário também entrou em cena e determinou que o governo repassasse o que falta para atingir o mínimo constitucional de 12% da receita no ano para a saúde, o que totaliza R\$660 milhões, com multas de R\$ 50 mil diários em caso de descumprimento. Todos fingem tentar resolver o problema quando são aqueles que o provocaram.

O governador responsabiliza a crise econômica mundial e seus efeitos no Brasil. Apresenta que arrecadou R\$ 6 bi a menos com o ICMS, previsto em R\$38 bilhões, o que se somou com a queda no preço do barril do petróleo. A crise é descarregada nas massas que sofrem ainda mais com a falta de atendimento de saúde. Os servidores públicos também são atacados, com o parcelamento em

5 vezes do 13º salário de 505 mil trabalhadores. A UERJ vive em crise permanente, abrigando grandes mobilizações e ocupações, duramente reprimidas pela reitoria e governo do Estado. Bolsas e salários dos terceirizados estão atrasados e o orçamento de 2016 sofreu um corte de 16% na votação da ALERJ no fim de dezembro. Na rede estadual de educação, faltaram materiais pedagógicos e merenda no fim do ano, a dívida do estado chega a R\$285 milhões e os professores ameaçam não iniciar o ano letivo caso os salários e 13º atrasados não sejam pagos. No sistema prisional, também há atraso no repasse do recurso da alimentação, deixando a comida ainda pior e tornando rebeliões iminentes.

Privatização

Mas, além da crise fiscal, porém, é nítido que a calamidade na saúde pública é efeito da privatização. O estado tem 45 contratos de gestão com as Organizações Sociais (OS) e 70% da despesa da saúde são com serviços terceirizados. As OS são uma das formas de terceirização em que a gestão de serviços públicos é passada para empresas. No Rio, passaram a assumir UPAs, hospitais e Serviços/Unidades de média e alta complexidade desde 2012, totalizando até 2015, um repasse de cerca de R\$5,5 bilhões. Assim, acima da vida dos usuários e das condições de trabalho do pessoal da saúde, impera a busca do lucro. Uma investigação do Ministério Público sobre a “Máfia da Saúde”, que opera por meio das OS, revelou superfaturamento de até 1.000% nas compras. No município, as OSs são investigadas por desvios e serviços não prestados. Os dirigentes da OS Biotech, acusados de desviar R\$48 milhões, inclusive foram presos no início de dezembro.

O quadro de calamidade se acentua com o desmonte dos Hospitais Universitários. Há pelo menos 200 leitos a menos que o necessário. Três hospitais federais estão em estado vegetativo, assim como um estadual. O governo federal se aproveita do drama da falta de financiamento para condicionar a liberação de recursos à adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). No dia 16 de dezembro, o reitor da UniRio assinou o contrato contra a decisão da comunidade universitária. Precarização e privatização são faces da mesma política.

Para as Olimpíadas não falta dinheiro

Em meio a isso, repetindo os gastos bilionários com a Copa do Mundo, a gastança com as Olimpíadas, megaevento realizado em agosto, são estimados em R\$38 bilhões, dos quais pelos menos R\$8,6 bi serão aportados pelo estado, R\$4,6 bi pela prefeitura e R\$3,2 bi pela União. O impacto é evidente. E uma unidade de urgência teve uma solicitação de oito reanimadores para pacientes com problemas respiratórios negados com a alegação de que estavam reservados para as Olimpíadas. A crise não atinge a todos igualmente, o governo do Rio, por exemplo, deixou de arrecadar R\$ 6,6 bilhões apenas com a isenção fiscal às distribuidoras de bebidas e montadoras de automóveis.

Defender a vida das massas

A população pobre do Rio não terá acesso à saúde por meio do terreno jurídico e parlamentar, somente organizada e adotando os métodos operários da ação direta poderão defender suas vidas.

É preciso organizar desde já a luta pelo imediato pagamento dos salários dos terceirizados e funcionários públicos. É preciso estatizar o sistema privado de saúde, inclusive as OS e criar um único sistema público, gratuito e sob controle operário. Os trabalhadores terceirizados devem ser efetivados, sem concurso público, com o mesmo direito dos demais servidores. O rechaço com os gastos bilionários com as Olimpíadas deve ser acompanhado da luta pelas reivindicações mais sentidas das massas. É parte da defesa da

Bahia / É preciso impulsionar a luta em defesa da educação e saúde públicas

A constituição do Comitê Estadual e da Comissão pró-comitê de Salvador em defesa da Educação Pública e da Frente contra a privatização da Saúde de Salvador foram passos importantes para impulsionar a luta em defesa da educação e da saúde públicas. Em janeiro, as atividades serão retomadas com força, visando à realização de um Encontro Estadual em defesa da Educação pública, que será realizado em abril em Feira de Santana, no qual serão discutidas as teses apresentadas pelos participantes e aprovada uma agenda de lutas para o próximo período.

No dia 15 de janeiro, teremos mais uma reunião da comissão pró-comitê de Salvador e região metropolitana para planejar a agenda de luta para o ano corrente. Há uma forte pretensão de realizar atividades nas escolas públicas de Salvador para fortalecer e articular as lutas da educação básica com a educação superior. A corrente proletária na Educação tem impulsionado o comitê e defendido o programa proletário para Educação.

Quanto à Frente contra a Privatização da Saúde de Salvador, também está marcada reunião na comunidade de Periperi, para organizar os próximos passos na luta em defesa da saúde pública e das reivindicações dos trabalhadores e da juventude nesse campo.

A realização do ato em 15 de dezembro de 2015 foi uma decisão fundamental, pois mobilizou a comunidade de Praia Grande

saúde a garantia dos materiais e pessoal suficientes, mas também a garantia do emprego e de um salário que garanta as condições de vida da família trabalhadora, por isso erguemos as bandeiras de escala móvel das horas de trabalho e salário mínimo vital. Os crimes da burguesia e seus governos precisam ser punidos, para isso, os explorados devem erguer os tribunais populares. O capitalismo só tem a oferecer sofrimento e barbárie aos trabalhadores e juventude, lutemos para sepultar este sistema e erguer a sociedade socialista.

e Periperi em torno da defesa da saúde pública contra as medidas dos governos federal e estaduais, que avançam na privatização e desnacionalização da saúde.

O debate na comunidade deve levar à consciência da necessidade de organizar um Comitê em Defesa da Saúde Pública e expandir para os bairros mais próximos do subúrbio de Salvador. As atividades do Comitê em Defesa da Educação Pública e da Frente contra a privatização da saúde devem se apoiar no método da ação direta (manifestações, bloqueios, ocupações) e não ter qualquer ilusão em métodos parlamentares.

O reconhecimento pela Frente Nacional contra a Privatização da Saúde da Frente de Salvador expressa a coerência e a firmeza da militância e dos membros da frente local, embora haja diferenças profundas entre as organizações integrantes.

Os ataques do Governo de Dilma Rousseff (PT) e do governador da Bahia Rui Costa (PT), além do prefeito ACM Neto (DEM) se aprofundarão no próximo período. É preciso, portanto, ter clareza que as suas medidas aprofundam a crise da educação e da saúde e que é necessário um conjunto de reivindicações e de lutas que se confrontem abertamente contra essa tendência de privatização da saúde e da educação públicas. A ligação profunda do Comitê e da Frente com as comunidades do Subúrbio de Salvador é a base para o fortalecimento da nossa luta.

Greve dos servidores municipais de S. Sebastião/SP

No dia 14/12/2015, os servidores públicos municipais decidiram em assembleia dar início a primeira greve da categoria, após 25 anos da criação do sindicato. Sem dúvida, esse foi um importante fato histórico e político para o avanço da luta na região.

Os grevistas reivindicaram melhores condições de trabalho e um reajuste de 10%, referente à inflação do ano de 2015. O prefeito alegou que já havia dado 6,28% neste ano e que o orçamento está apertado porque ainda não recebeu o repasse do IPTU da Petrobrás. O que o pilantra não disse é que os 6,28% era referente à inflação do ano de 2014 e que tal reajuste foi arrancado da prefeitura após uma forte paralisação no dia 19/05 deste ano.

A greve teve início no dia 17/12/2015 e foi marcada por piquetes aprovados em assembleia e organizados nos principais setores da rede municipal, como o pátio de obras (dos trabalhadores braças cujas condições de trabalho são extremamente precárias), Paço Municipal e DRH (recursos humanos).

Logo no segundo dia de greve, na noite do dia 18/12, em uma reunião de balanço, a diretoria sindical decidiu burocraticamente pelo fim da greve. Sucumbiram à pressão, não estiveram à altura do combate. O sindicato que é composto por 22 diretores só tinha 4 presentes na votação e apenas um dos diretores ligado à Luta Socialista (corrente do PSOL) encaminhou corretamente a proposta de continuidade da greve uma vez que a decisão pelo

fim ou não da greve deveria ser tomada em assembleia e haviam condições do movimento avançar. A postura burocrática da maior parte dos diretores do Sindserv deve ser combatida porque feriu a democracia operária. A greve começou com uma assembleia e deve terminar quando a categoria decidir que acabe!

O POR atuou dentro dos piquetes defendendo o método da ação direta e a defesa da legitimidade da greve como instrumento de luta dos trabalhadores. A experiência, embora breve, mostrou que os piquetes são necessários para impulsionar a luta e devem ser defendidos como um instrumento democrático dos lutadores. Se a maioria presente em assembleia decidiu pela greve não se pode deixar que uma minoria descumpra tal deliberação coletiva.

O essencial é que ataques aos servidores continuarão. A crise econômica mundial que atinge o Brasil não será superada tão cedo. A burguesia e os seus governos continuarão descarregando o peso da crise sobre as massas. No último período, não teve uma única categoria que conseguiu ao menos repor a inflação que não fosse através dos métodos próprios da classe operária (assembleias, greves, piquetes, etc.). Os que acreditaram na conciliação amargaram perdas salariais. É preciso organizar uma vanguarda na categoria para, por meio dos comandos de greve, dirigir a categoria para a luta, superando os traços burocráticos existentes atualmente na direção do Sindserv.

As ocupações e as tarefas do movimento secundarista

O movimento de ocupação de escolas no estado de São Paulo constituiu-se em um acontecimento que trouxe importantes lições. Trata-se de compreendê-las e determinar as tarefas do movimento secundarista. Essa avaliação será discutida na Conferência Nacional da Juventude do POR, em janeiro.

1. O governador Geraldo Alckmin se surpreendeu com as ocupações de escolas iniciadas em novembro e que atingiu 220 unidades. Mas a reação dos secundaristas também não era esperada pelo movimento de professores, que deu início à luta contra o plano de “reorganização” da rede. As ocupações das Escolas Estadual Diadema e Fernão Dias Paes deram partida à resistência da juventude. Em um crescendo, o movimento chegou a inúmeras escolas do interior do estado. A extensão da ocupação e a projeção da resistência em mobilizações de rua demonstraram uma tendência geral de luta no seio dos oprimidos.
2. O governo e o seu secretário da Educação avaliavam que os ocupantes não aguentariam por muito tempo. Alckmin ameaçou com o despejo, cercou as escolas com a polícia, utilizou os diretores para convencer os pais a arrancarem os jovens das ocupações e em alguns bairros a polícia se valeu de marginais para depredar e amedrontar. Essas medidas reforçaram o movimento externo de apoio, com professores e ativistas sindicais montando vigilância na entrada das escolas. Alckmin observou que teria de agir com mais vigor policial. O que poderia fortalecer ainda mais o rechaço à “reorganização”, que previa o fechamento de 93 escolas, a implantação de unidades de ciclo único, envolvendo 754 prédios escolares, e transferências e demissões de centenas de professores e funcionários.
3. O escandaloso plano não contou com o apoio das camadas pobres da população que seriam as mais afetadas. Embora não houvesse manifestações diretas dos pais, ficou claro para o governo que estes não aceitavam as pressões em prol da volta às aulas. Muitos foram os conflitos nas portas das escolas envolvendo agentes da Secretaria da Educação que forçavam romper a resistência em cada unidade isoladamente. Até mesmo a imprensa reacionária se mostrou reticente em condenar a reivindicação de cancelamento da “reorganização”. A justiça, por sua vez, não teve como escorar o governador. Sob pressão do movimento dos professores, das ocupações, das manifestações de rua e do descontentamento das famílias prejudicadas, a Justiça chegou a dar causa a petições da Apeoesp. O isolamento político do governador foi importante para a vitória do movimento.
4. A combinação da ocupação com a mobilização de rua foi decisiva para projetar a luta e evidenciar para a população que a “reorganização” era uma medida contrária às necessidades da escola pública. Os estudantes com as carteiras de estudo saíam pela cidade em passeatas e bloqueavam importantes vias de tráfego. Nos bairros, inúmeras manifestações contaram com o apoio da população. Os cercos policiais, as prisões, os espancamentos e as intimidações não arrefeceram os ânimos dos lutadores. A juventude discutia, respondia com palavras de ordem extraídas no calor das mobilizações e se dirigia à população dos bairros pobres exortando apoio.
5. A greve de 92 dias dos professores (março a junho) em defesa dos salários e das condições de trabalho politizou as escolas e expôs a política destrutiva do governo do PSDB perante a população que depende do ensino público. Foi uma greve marcada por gigantescas assembleias, manifestações de rua e bloqueios no trânsito. Não saiu vitoriosa quanto às reivindicações, mas golpeou politicamente o governador. Evidenciou seu plano de “ajuste fiscal”, tal qual vem fazendo o governo de Dilma Rousseff, do PT.
6. A inflexibilidade de Alckmin e do secretário Voorwald às reivindicações dos professores imediatamente revelou seu fundo político com a apresentação do plano de “reorganização”. Desta vez, golpeava ao mesmo tempo as famílias operárias e de classe média pobre; atingia também uma significativa parcela de professores. A reação da Apeoesp, a volta das gigantescas assembleias, passeatas e bloqueios, agora, contra a “reorganização”, assinalaram o caminho da resistência para os secundaristas. Despontou uma vanguarda que começou apoiando os professores mobilizados e hostilizando os acomodados que não se sentiam atingidos. Preparava-se o caminho da mobilização estudantil. Professores e estudantes estavam obrigados a se unirem em uma só força contra Alckmin/Voorwald.
7. Em seu boletim de 20 de outubro, a Corrente Proletária da Educação lançou a bandeira “Escola fechada, escola ocupada”. Defendeu-a na Assembleia dos professores, que a aprovou. Nesse momento, estudantes já participavam da luta, apoiando os professores. Tomaram para si a bandeira da ocupação e a iniciaram no começo de novembro. Os professores não se lançaram à ocupação, mas passaram a defendê-la com o movimento externo. A Apeoesp auxiliou com apoio material e político. A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) caiu das nuvens para dentro do movimento. A Assembleia Nacional dos Estudantes (ANEL), por sua vez, foi arrastada pela atração da juventude mobilizada. Estava configurado um movimento de frente única: Apeoesp, UBES, UMES, ANEL e correntes de esquerda, entre elas o POR. Todos contra o plano Alckmin/Voorwald; todos pela derrota do governo.
8. No dia 4 de dezembro, o governador não mais resiste e faz um comunicado à imprensa dizendo que suspendia a “reorganização”. O Secretário da Educação renuncia ao cargo. Essa decisão foi surpreendente, uma vez que esse mesmo governo combateu implacavelmente a heróica greve de 92 dias dos professores. Foi surpreendente porque pretendia com essa medida avançar o ajuste fiscal.
9. A circunstância em que se deu o recuo de Alckmin é muito importante. Os estudantes realizavam uma grande manifestação, desciam a Av. Consolação e se dirigiam à Secretaria da Educação. Os professores estavam reunidos na escola Caetano de Campos, também estava ocupada. Preparavam-se para a assembleia conjunta. A tropa de choque fustigava a manifestação estudantil e cercava as imediações da Praça da República. Diante da chegada dos estudantes e do soar das bombas lançadas pela polícia, os professores

saíram da reunião e foram ao encontro dos manifestantes. O quadro era de confronto com a tropa de choque. Alckmin, certamente, com a decisão amadurecida, decidiu pelo recuo.

10. O movimento se viu diante de uma vitória inesperada. A sua capacidade de mobilização não alcançava para tanto. Mas a situação política estava em seu favor. Vinte e cinco dias de ocupação em 220 escolas e manifestações quase que diárias simultaneamente convocadas em vários pontos de São Paulo, sem dúvida, obrigaram o governo a decidir se aumentaria a repressão ou cederia. O risco de arrancar os ocupantes à força e golpear duramente as ocupações de avenidas era o de fortalecer a luta, quebrando a passividade ou a semi-passividade dos estudantes que permaneceram à margem dos acontecimentos e na expectativa do que poderia acontecer. Poderia também ampliar a participação dos professores e de populares. Ainda estão na memória dos explorados e dos governos as jornadas de junho de 2013. O governo que enfrentará as eleições municipais e que é parte da oposição que objetiva o impeachment de Dilma Rousseff pensou muito sobre as condições que amparavam a resistência de professores, estudantes e pais. A inflexibilidade com que tratou a greve da Apeoesp já havia deixado suas marcas negativas diante das massas. De maneira que os fatores circunstanciais potenciaram o movimento de ocupação.
11. A vitória não foi reconhecida por todas as forças políticas. Os “autonomistas” afirmaram que suspensão não era revogação do plano de “reorganização”. Passaram a contrapor uma forma a outra, objetivando manter as ocupações. Não lhes importava se havia condições políticas e organizativas ou não para continuar. Desconheciam o impacto que teve na população a decisão governamental de suspender a aplicação. Não lhes preocupava se Alckmin passava a ter ou não argumentos para colocar os pais e professores contra as ocupações. Era-lhes indiferente a heterogeneidade das ocupações, sendo que parte delas já não se sustentava. Sem nenhuma avaliação das forças do movimento para avançar diante de uma virada na situação com a suspensão da “reorganização” e sem considerar o custo do isolamento cada vez maior das escolas mais resistentes à volta, os autonomistas continuaram com a bandeira de “suspensão não é revogação”.
12. O “autonomismo” se mostrou que é subjetivista e voluntarista. A negação da teoria revolucionária como guia para a prática, da análise materialista-dialética como necessária para avaliar a correlação de forças no combate e a negação do partido revolucionário como condição para a unidade programática das massas em ação não lhes permite entender que a radicalização dos métodos de luta não é obra de nenhuma direção política, mas das tendências objetivas das massas. Evidentemente, a direção pode auxiliá-las com a política revolucionária em sua radicalização. A ação pela ação é marca dos autonomistas, que se mostram amorfos. Está aí por que não admitiram a necessidade da frente única no combate e concluíram como ultraesquerdistas, sectários.
13. A UBES, dirigida pelo PCdoB, uma variante do estalinismo,

não esteve na base do movimento. Interveio quando as ocupações mostraram que a juventude despertava para a luta. Utilizou de seu aparato para penetrar nas escolas e estender sua influência. A ANEL assumiu as ocupações por intermédio da frente de professores do PSTU. Também não esteve organicamente vinculada ao movimento. Distintamente, os autonomistas desencadearam as ocupações, que foram aumentando dia a dia sem que expressasse diretamente as organizações estudantis, correntes e agrupamentos amorfos. Os autonomistas, portanto, emergiram como uma força política interna. No entanto, não puderam se constituir em uma direção unificadora dos estudantes em luta. O voluntarismo e o sectarismo não permitiram que cumprissem essa tarefa, de grande importância não só para o presente das mobilizações como também para o seu futuro.

14. O POR esteve presente fisicamente em sete escolas ocupadas. Teve o mérito de ter levantado a bandeira de “Escola fechada, escola ocupada”, que expressou uma possibilidade de ação que os estudantes abraçariam. As primeiras ocupações imediatamente tornaram a bandeira, aprovada na assembleia dos professores, mas que contava com a presença de secundaristas, uma orientação para o movimento e para todas as forças políticas. No entanto, o fato de não termos uma fração da juventude organizada impossibilitou que cumpríssemos o papel de dirigentes físicos das ocupações. Há que se considerar na luta pela direção a orientação política. Nesse sentido, o POR contribuiu significativamente, por meio das assembleias e dos materiais de agitação e propaganda. A situação de conjunto nos mostra que o POR não conseguiu transformar seu lugar de dirigente político em dirigente físico do movimento.
15. A ausência de uma direção revolucionária centralizadora deve ser considerada como expressão concreta do movimento novo da juventude. As consequências negativas nos permitem aprender com a experiência sobre a importância decisiva da direção político-organizativa. O sectarismo dos “autonomistas” e o aparelhismo da UBES/ANEL inviabilizaram a constituição de um comando político de frente única. Não foi possível, portanto, criar as condições durante o movimento para que os estudantes avaliassem os passos da luta, embora as ocupações com suas assembleias internas permitissem realizar essa tarefa. Os autonomistas criaram seu próprio comando, que como tal não tinha como dirigir o conjunto das ocupações. O erro de não admitir a vitória do movimento e de prolongá-lo artificialmente acabou por levar o fim das ocupações pela via da dissolução. A possibilidade de ganhar as ruas se esgotou. A ação política dos “autonomistas”, em grande medida, levou ao divisionismo e à fragmentação. Mesmo o comitê dos autonomistas terminou em cisão. Consideramos decisiva a luta por constituir uma direção revolucionária da juventude oprimida.
16. No dia 9 de dezembro, publicamos a “Carta da Corrente Proletária da Educação/POR aos estudantes secundaristas”, em que afirmamos a importância de reconhecer a vitória do movimento, ainda que o governo tenha recuado com a suspensão da medida. Essa avaliação implicava uma desocupação coletiva e organizada. E que assinalasse as tarefas dos secundaristas para a retomada das aulas, bem

como manter a organização e a centralização do movimento. Todas as forças envolvidas na frente única deviam fazer suas avaliações críticas, de maneira a elevar a compreensão política das massas estudantis. Mantidos um comando único e a coesão da vanguarda que sustentou as mobilizações se criariam as condições de se iniciar uma campanha pela constituição dos grêmios livres e formular um programa de reivindicações da juventude para a educação.

17. Na Carta, chamávamos atenção das forças políticas para que o fim das ocupações não se desse de forma anárquica. Reproduzimos a passagem: *“É justa e necessária a discussão coletiva sobre o alcance da decisão do governador, mas partindo do fato inquestionável de que houve uma vitória do movimento. Um balanço concreto nas escolas ocupadas, nas reuniões de representantes de ocupações e no movimento geral contra a “reorganização” é fundamental para aproveitarmos a derrota momentânea do governador e avançar em nossa organização, combatendo toda tentativa de retrocesso e de repressão (...) A formação de um comitê unitário e democrático que seja capaz de determinar uma linha de ação comum e centralizada do movimento secundarista. O nosso movimento não aproveitará bem a momentânea vitória caso se estilhace e não tenha a necessária organização a partir das escolas”*. Como se pode ver, a Corrente Proletária trabalhou para que não se rompesse a frente única e que as forças não se utilizassem da luta aparelhista contra a unidade organizativa.
18. Pela primeira vez, os secundaristas fazem a experiência da ocupação. Certamente, os exemplos da juventude chilena refletiram entre nós. Bastou uma circunstância propícia para que o exemplo dos secundaristas chilenos se tornasse força material nas escolas paulistas. Sabemos perfeitamente das limitações do movimento chileno, também marcado pela presença dos autonomistas. Há toda uma luta a ser travada contra os prejuízos anarquistas. Vimos o quanto combateram a presença dos partidos de esquerda e a organização da vanguarda sob uma linha política. Esses pre-

juízos são típicos da infância do movimento. No entanto, o fator decisivo é a ausência do partido revolucionário no seio das massas e a crise de direção. Está colocada a tarefa de constituir uma direção proletária no interior do movimento da juventude.

19. Não se pode perder de vista os grandes problemas que enfrenta a juventude. A luta contra a “reorganização” é circunstancial. Deve ser tomada como um ponto de partida. As massas juvenis padecem do desemprego, da pobreza e da miséria. Esses são os motivos mais profundos que estiveram por trás do rechaço ao plano de fechamento de escolas. A pequena camada rica da juventude frequenta as luxuosas escolas particulares. Está com o seu futuro assegurado. Não se pode desconhecer, portanto, que a exploração capitalista do trabalho está na base de tudo que afeta as famílias oprimidas. Problemas como educação, saúde, transporte e moradia são o inferno cotidiano da maioria. O movimento não teve como discutir e elevar a consciência de classe dos jovens em luta, mas não deixou de colocar a necessidade de impulsionar a compreensão política.
20. A juventude oprimida precisa da escola, mas não vê nela nenhuma razão para essa necessidade. Não há uma ligação entre o estudo e o trabalho. A escola está desvinculada da produção social. Na luta, a juventude deve ser convencida de que se trata de defender uma nova escola, que se assente na unidade entre a teoria e a prática, entre a aprendizagem escolar e a sua aplicação no processo de trabalho coletivo. Não se pode, de fato, aprender e se elevar culturalmente sem que haja uma combinação entre a jornada de trabalho e a jornada de estudo. Nenhum jovem deve ficar fora da produção e da escola. Esse programa, em sua essência, é parte do programa do proletariado, que objetiva transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista. Sob uma direção proletária, a juventude se interessará e defenderá a escola vinculada à produção social.

Carta da Corrente Proletária da Educação/ POR aos estudantes secundaristas

Não se deve por em dúvida que o movimento de ocupação de escolas e as manifestações de rua obtiveram uma vitória. A decisão de Geraldo Alckmin de “adiar” a implantação da “reestruturação” e a consequente queda do secretário da Educação alteraram o curso dos acontecimentos.

A mudança de posição do governo, evidentemente, é provisória. A “reestruturação” é um imperativo das medidas de ajuste fiscal, que parte do governo federal e chega às unidades estaduais e municipais. A crise econômico-financeira é profunda e não há alternativa para a burguesia a não ser descarregá-la sobre os explorados. Não apenas a educação está sendo golpeada. Observem que a abrangência das medidas antioperárias e antipopulares é grande.

Para nos contrapormos a essa ofensiva, é preciso um poderoso movimento dirigido pela classe operária, com um programa de combate ao capitalismo, ao imperialismo, e uma política revolucionária. Está aí por que qualquer movimento deve se colocar pela defesa das reivindicações que unificam os explo-

rados, pelo avanço das formas de luta coletiva e pela democracia apoiada nas assembleias.

Por que dizemos isso? Por que é necessário relativizar nossa vitória momentânea, ao mesmo tempo em que valorizamos com justeza a sua importância. Há quem ache que não foi uma vitória porque Alckmin não revogou, apenas suspendeu a aplicação da “reestruturação”. Sem dúvida, temos de ser cautelosos com a manobra. Mas não se pode desconhecer que a oficialização da suspensão é uma revogação temporária. No ano de 2016, o governo não levará adiante a mudança pretendida. Esse é o conteúdo de sua decisão.

Temos consciência de que sempre há possibilidade de manobras. Para isso, é preciso que o movimento secundarista, que retornou à luta depois de anos de paralisia, precisa sair unido, organizado e fortalecido politicamente com a vitória. Sobre a base da experiência realizada com as ocupações e protestos de rua, é possível avançar na organização dos grêmios independentes e democráticos, na constituição de uma direção revo-

lucionária da juventude oprimida, na reconquista da UMES e UBES e na politização das massas secundaristas.

Não devemos permitir que as divergências em torno da decisão do governo de suspender, ao invés de revogar, acabem por estilhaçar o movimento. A luta nunca caminha em linha reta. É justa e necessária a discussão coletiva sobre o alcance da decisão do governador, mas partindo do fato inquestionável de que houve uma vitória do movimento. Um balanço concreto nas escolas ocupadas, nas reuniões de representantes das ocupações e no movimento geral de luta contra a “reestruturação” é fundamental para aproveitarmos a derrota momentânea do governador e avançar em nossa organização, combatendo toda tentativa de retrocesso e de repressão. Há que se constituir um comitê unitário das escolas ocupadas, cujo objetivo inicial é o de acompanhar os passos de Alckmin e do novo secretário da Educação. A formação de um comitê unitário e democrático que seja capaz de determinar uma linha de ação comum e centralizada do movimento secundarista. O nosso movimento não aproveitará bem a momentânea vitória caso se estilhace e não tenha a necessária organização a partir das escolas. A Corrente Proletária da Educação defende que se organize imediatamente um Encontro das escolas que foram ocupadas, para fazer um balanço do movimento, preparar a próxima etapa da luta e constituir um comitê unitário.

Abaixo destacamos alguns pontos do balanço e assinalamos as tarefas que nos parecem imprescindíveis:

1. As ocupações e as manifestações de rua, com bloqueios, se mostraram acertadas como método de luta coletiva. A Corrente Proletária da Educação, em seu Boletim de 20 de outubro e na Assembleia, defendeu a bandeira: **Escola Fechada, Escola Ocupada**. No momento, uma parcela dos professores se mobilizava contra a “reestruturação”, estudantes e pais começavam a entender o significado da medida. A maioria dos professores permanecia passiva. O governo adestrou os diretores e as diretorias de ensino a combaterem o movimento de resistência, bloqueando ou dificultando a discussão entre os professores. Não foram poucos os embates nas escolas para que a Apeoesp pudesse ter acesso direto aos professores. A inflexibilidade de Alckmin e seu secretário da Educação era total. Não admitia nenhuma contestação do sindicato. Estava claro que o movimento dos professores não ganharia força, uma vez que a maioria estava de costas para o brutal fechamento de escolas, redução de postos de trabalho e transferência de alunos. A ocupação de duas escolas, a de Diadema e o Fernão Dias, em São Paulo, pelos estudantes modificou as condições de luta. A partir daí mais de 200 escolas foram ocupadas. O governo ameaçou com a reintegração, passou a fazer enorme pressão sobre os estudantes. A firmeza do movimento dissuadiu Alckmin. Mas a luta se projetou no momento em que os estudantes saíram às ruas com as carteiras e cadeiras e passaram a trancar importantes vias. A combinação de ocupação com mobilização em vários pontos da cidade denunciou aos pais e à população o conteúdo antipopular da “reestruturação”. Alckmin tinha duas opções, ou reprimir com maior violência nas ruas e arrancar os estudantes das escolas; ou ceder à reivindicação. Um ataque dessa proporção poderia ser o estopim para um levante da juventude e para quebrar a paralisia da maioria dos profes-

sores. Poderia também aumentar a reprovação de sua conduta entre a população. No dia 4 de dezembro, diante dos protestos na Consolação, e quando estavam sendo reprimidos pela tropa de choque, o governador recuou. Certamente, avaliou os danos políticos e decidiu suspender o plano. Esse processo mostra que foi uma vitória do movimento estudantil secundarista.

2. Não se pode desconhecer que a crise política, o crescente descontentamento dos explorados com o desemprego, alta do custo de vida, violência policial nos bairros pobres, etc. e as tendências de luta que se gestam no seio das massas contribuíram para que o inflexível governador do PSDB desse um passo atrás. É preciso uma justa avaliação para se entender o significado da atitude do governador de não ir mais fundo na repressão. Ainda estão na lembrança as jornadas de junho de 2013, quando a partir das manifestações da juventude contra o aumento das tarifas de transporte público, milhares e milhares saíram às ruas. O receio do governador foi o de chamar a atenção do conjunto da juventude oprimida para as reivindicações contra o fechamento de escolas e massificar a luta de rua. A grande maioria dos secundaristas ficou à margem das ocupações e dos bloqueios de rua. Esse era o ponto fraco da luta. Outro, era a pouca presença dos professores. A sua fortaleza esteve na firmeza das ocupações, que enfrentaram inclusive provocação do narcotráfico, incentivado pela polícia – tentou-se criar um clima de ameaça de invasão de marginais em escolas da periferia. A ousadia de bloquear grandes avenidas foi decisiva. Essa disposição se potencializou com a crise política e social.

3. Os secundaristas assumiram a defesa da escola sem, contudo, estarem organizados. Diante da mobilização inicial de uma parcela dos professores e da observação de que o Plano de Reestruturação era prejudicial, começaram as ocupações. O movimento foi tomando proporção quase que espontânea. Dizemos quase porque houve influência das correntes de esquerda organizadas no seio do movimento docente e em certa medida na juventude. Mas no fundamental não se teve uma direção político-organizativa. A UBES compareceu e procurou imprimir às ocupações sua política, mas veio de fora para dentro. Agrupamentos ditos autonomistas, anarquistas, por sua vez, tiveram importância em algumas escolas. Mas no geral as ocupações foram ocorrendo sem influência direta de organizações políticas. Os estudantes, professores e pais experimentaram durante as ocupações elementos do controle coletivo das escolas. A prática mostrou que a escola funciona e funciona melhor sem os cupinchas do governo que impõem autoritariamente suas regras e normas. A escola controlada coletivamente pelos estudantes, professores e pais ganha autonomia diante do governo e dos capitalistas, e se torna terreno fértil para que prosperem os métodos de luta e a unidade com o proletariado. Outra experiência fundamental foi o uso generalizado pelos estudantes do método das ocupações e bloqueios de ruas e avenidas, recuperando a experiência de junho de 2013. Foi muito importante que todas as forças políticas impulsionssem as ocupações e as manifestações. A juventude secundarista começa a fazer experiências na luta de classes contra o sucateamento da escola e as medidas que ampliam a decomposição do sistema público de educação. Luta de classes porque por trás do governador está a burguesia, exploradora, sedenta de lucro e incapaz de dar condições dignas

de existência à classe operária e à juventude oprimida. A defesa democrática da escola pública se faz por meio da luta de classes. As ocupações, as assembleias, as manifestações e bloqueios são métodos de luta coletiva da classe operária. É fundamental que o movimento avance em sua organização independente e estabeleça um programa de defesa do ensino público e gratuito e escola para todos os explorados.

4. A luta é mais ampla do que simplesmente barrar a “Reestruturação”. Quebrar a ofensiva do governo empenhado em sacrificar a escola em favor do ajuste fiscal é um grande feito, mas expressa apenas a defesa das condições existentes. Não temos dúvida de que a suspensão é momentânea. O que quer dizer que nosso movimento deve se preparar para voltar à luta. Está colocado para o movimento de ocupação discutir e aprovar uma plataforma de reivindicações. A escola pública serve aos jovens da classe operária, da classe média urbana e dos camponeses pobres. Os ricos têm escolas particulares luxuosas e bem aparelhadas. Vemos, portanto, que a divisão de classe no Brasil se expressa com clareza no sistema de ensino. A juventude oprimida não apenas não conta com escolas capazes de ensinar como não contam com condições sociais para aprender. A escola está desvinculada da produção social (do trabalho). Mantém a separação entre a teoria e a prática, entre o trabalho intelectual e o manual. Os professores, querendo ou não, reproduzem o divórcio entre escola e o trabalho. O ensino abstrato, decorativo, repetitivo e desconexo afasta os estudantes da aprendizagem coletiva e crítica. Não se pode ter

dúvida de que o conhecimento nasce das necessidades materiais e práticas. E, portanto, sua assimilação se dá no processo prático. O outro lado do problema está em que a maioria dos jovens vive na pobreza e com muita dificuldade frequenta a escola. Essa situação reflete a exploração capitalista do trabalho. Não se pode, assim, desvincular o ensino das causas que geram a pobreza e a miséria. Não há escola e bons métodos de ensino que possam ultrapassar essa barreira social e ter êxito em seus objetivos de aprendizagem. A juventude deve despertar para a sua condição de explorados e oprimidos, deve se ver como proletária e desconfiar dos sonhos de classe média. O ponto inicial está em defender um conjunto de reivindicações que parte dessa realidade de classe. Entendemos que as principais são: 1) Nenhum jovem fora da produção, nenhum jovem fora da escola; emprego e salário a todos; 2) Jornada de trabalho compatível com os estudos; que os jovens estudantes trabalhem 4 horas na produção e 4 horas dediquem aos estudos; 3) Escola pública e gratuita, sob o controle de quem estuda e trabalha; 4) Escola vinculada à produção social em que a teoria e a prática estejam na base da aprendizagem.

A Corrente Proletária da Educação que participou ativamente das lutas vem através dessa Carta aos estudantes dar sua contribuição à continuidade do movimento. Há pela frente um imenso trabalho de organização e politização da juventude oprimida. Chamamos os secundaristas a participarem da Corrente Proletária da Educação com o objetivo de formar uma direção classista e revolucionária.

As lutas na educação em 2015

Ocupações, greves, piquetes, atos de rua etc., são manifestações típicas da classe operária que ao longo da história forjou suas conquistas com muita luta. Esses métodos foram incorporados por outros setores como as ocupações de prédios abandonados por moradores sem teto, as ocupações em universidades para pressionar as reitorias, as greves dos mais diversos setores.

O ano de 2015 marcou a luta na educação. Em São Paulo, uma greve de 92 dias, a maior da história da categoria, com um aprofundamento dos métodos de luta pela classe, os professores trancaram avenidas e rodovias, obrigaram o governador, que no começo da greve ignorou e a tratou com desdém, a assumir que existia um movimento forte e a chamar para as negociações.

As reuniões foram furadas, não passaram de pró-forma e nenhuma proposta saiu daquelas mesas de reunião. Muitos professores foram iludidos pela promessa do dissídio, que sairia em julho (a data base é março), pelo apelo à via judicial que a APEOESP e algumas correntes políticas conduziram, mas o motivo concreto do final da greve foi o corte de ponto e a ausência do salário, para uma classe que já amarga a pior folha de pagamento entre todos aqueles que possuem ensino superior, foram determinantes.

Há que acentuar a derrota da greve por não ter arrancado as reivindicações. Mas o fundamental da experiência está nas conquistas dos métodos de luta coletiva, que servirá para potencializar lutas.

Um papel que deve ser apontado como responsável para derrota desta greve heroica que os professores encamparam,

é o das direções. O Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), se manteve omissa, isso quando não jogou contra o movimento, que poderia ser nacional; o exemplo concreto foi a chamada desta instituição para que os professores fossem trabalhar de preto num símbolo de luto pela educação. Mais de 10 estados do Brasil entraram e saíram de greve e o órgão que congrega os trabalhadores não moveu uma palha sequer para unificar os movimentos. A conquista desta greve então, foi no plano do desenvolvimento e elevação da consciência de classe. Da saída da greve passiva no passado para realidade dos bloqueios de avenidas combinados com atos de rua gigantescos com até 70 mil pessoas. Da elevação da consciência e do método que passou para os bloqueios de rodovias onde a produção é parada automaticamente.

No Paraná, no mês de Abril, o movimento grevista ainda contou com a mais brutal repressão que os professores já sofreram no estado. Um verdadeiro massacre, cenário de guerra em Curitiba. Mas, de fato, é como uma guerra que os governos do PSDB têm tratado os embates na educação. Basta lembrarmos do áudio que vazou da reunião dos dirigentes de ensino de SP com o assessor do secretário, Padula, onde ele chama de guerra contra o movimento de ocupações de escola.

As ocupações de escolas

Toda esta efervescência de luta pelo país no primeiro semestre do ano foi uma escola que os estudantes precisavam para organizar sua própria luta no final do ano. Esta é a verdadeira escola!

O governo do PSDB não estava satisfeito em ter feito os

professores saírem da greve sem uma conquista material, e, no segundo semestre, colocou um projeto de “reorganização” das unidades escolares de SP. Neste projeto, os estudantes seriam separados nas escolas por ciclos, escolas de ensino fundamental 1, escolas de ensino fundamental 2 e escolas de ensino médio. Nesta dança das cadeiras que os estudantes fariam trocando de escolas, o governo “percebeu” que “sobrariam” 94 escolas, e que estas poderiam ser fechadas.

O tema foi pauta na discussão sindical dos professores, mas não existiam condições concretas de se realizar outra greve no mesmo ano. A Corrente Proletária, mesmo diante das dificuldades de mobilização dos professores, levantou a bandeira de “escola fechada escola ocupada!” em uma assembleia da APEOESP.

O que não estava muito claro é se os estudantes teriam condições de encampar esta luta. Afinal, suas entidades encontram-se corrompidas por direções carreiristas e/ou oportunistas. UMES, UBES e até mesmo a UNE poderiam, caso tivessem trabalho de base, levantar os estudantes contra a bandeira de fechamento de escolas.

Neste vácuo deixado pelas entidades (pelas direções), surgiram grupos organizados que tocaram as primeiras ocupações. O grupo mais expressivo neste sentido foi “O Mal Educado”, que se dizia contra partidos, mas ele mesmo é uma entidade organizada tal como um partido. Eles apoiaram e organizaram as primeiras ocupações, como na EE Diadema e EE Fernão Dias, entre outras. Em seguida, as ocupações foram sendo feitas pelos próprios estudantes das escolas e o número cresceu rapidamente.

A primeira escola ocupada, EE Diadema, aconteceu em 09/11. No dia 12/11, já eram 6 escolas ocupadas. Na semana seguinte, mais de 50 escolas estavam sendo organizadas pelos estudantes. Em três semanas, o número já chegava em 200 escolas por todo estado. O governador Geraldo Alckmin, que no primeiro instante ironizou dizendo que não aguentariam um final de semana sequer, teve que amargar a derrota ao ver sua popularidade chegar aos míseros 28 % no início de dezembro, a menor aprovação em mais de 10 anos de gestão em momentos alternados, segundo pesquisa do Datafolha.

O apoio da população assalariada foi determinante neste sentido. Os estudantes foram para as ruas, assimilaram os métodos corretos da classe proletária, ocupando e parando a produção pelo bloqueio das ruas e avenidas. Fizeram isso com maestria e a repressão que se sucedeu obrigou mesmo a mídia burguesa a mostrar a violência policial. Estudantes sangraram na avenida Paulista, mas infelizmente sabemos que isso é fato corriqueiro nas periferias sem a mesma atenção da mídia comprada. Os atos centralizados mais importantes foram em 4/11 e 9/11, ambos com uma dura repressão, colocando a população do lado dos estudantes.

O projeto de “Reorganização” das escolas, que afetaria mais de 300 mil estudantes, estava oficializado apenas no discurso do governador e no decreto (61.672), que transferia os funcionários das unidades que seriam fechadas. Em 5/12, o governo é obrigado a recuar e publicar em diário oficial a revogação do decreto de transferência (61.692). Uma vitória dos estudantes. As escolas não serão fechadas em 2016.

Não devemos ter ilusões com as intenções do governo bur-

guês do PSDB. Este projeto vai voltar para 2017, talvez com a mesma cara, talvez como uma aparência diferente, mas a verdadeira intenção deve estar clara. O motivo é econômico e não passa nem perto de ser pedagógico como dizia o governador e o secretário Herman, que aliás caiu junto com o decreto. Outra vitória dos estudantes.

O projeto é parte de algo muito maior. O enxugamento da educação pública para em seguida passar para a iniciativa privada.

A luta em Goiás

O estado de Goiás, também sob o comando do PSDB, na figura de Marconi Perillo, foi além e nem passou pela “etapa” da reorganização. Decidiu entregar as escolas do estado para as Organizações Sociais (OSs), além daquelas que já foram entregues para a gestão da Polícia Militar.

Isto significa que a gestão da escola seria feita pela iniciativa privada. Os dados referentes aos países onde este modelo foi aplicado mostram que as escolas se tornaram grandes centros de preparação para testes onde a educação é ranqueada. As escolas passam a competir entre si, o foco passa a ser as linguagens oral/escrita e matemática, já que estas linguagens são testadas nos exames. Pesquisas nestes países também indicam que estas escolas realizam filtros sociais e étnicos para um “melhor” desempenho nos exames.

Já a entrega das escolas, para a polícia militar que já acontece há um certo tempo, amplia a disciplina autoritário como método de aprendizado. Usa da homogeneidade (roupas iguais, cabelo igual, material igual) e a repressão dura para qualquer estudante que fuja da norma.

O exemplo dos estudantes de São Paulo, dos professores de vários estados e mesmo dos grandes movimentos que ocorrem no país desde 2013, podem ter sido motores para os estudantes de Goiás se levantarem e dizer NÃO para a privatização da educação.

A escola José Carlos Almeida (JCA), em Goiânia, foi a primeira a ser ocupada. Ela já estava sem atividades escolares há um ano, sob a justificativa de reformas, mas isso não impediu que os estudantes se organizassem com o apoio de universitários para ocupar a escola. Em seguida, foi o Liceu de Goiânia, uma escola central, centenária e referência do estado. Na sequência, as ocupações se espalharam pelas cidades de Goiânia (12), Anápolis (7), São Luis de Montes Belos (1), Aparecida de Goiânia (3) e Cidade de Goiás (1), totalizando 24 ocupações até o momento.

O quadro atual das ocupações de Goiás é de descaso do governo, afinal estamos em período de férias e Perillo conta que os estudantes não resistam até o início do ano letivo. Este descaso vem da ausência de declarações do governador na mídia. Contudo, o descaso não acontece no âmbito repressivo. As escolas periféricas têm sofrido pressão. A escola Cecília Meireles, na periferia de Goiânia, tem sofrido ataques anônimos com certa frequência, na noite do dia 28 de dezembro quatro bombas foram lançadas dentro do colégio. Já escolas centrais recebem a repressão psicológica, com carros de polícia que passam todos os dias lentamente na frente da escola. Situação muito similar aconteceu em S. Paulo. As escolas centrais não sofreram repressão direta, já escolas periféricas como a EE Salvador

Aliende (Zona Leste), EE José Lins do Rego (Zona Sul), EE Prof. Antonio Firmino de Proença (Mooca), Coronel Antonio Paiva Sampaio e Francisca Lisboa Peralta (Osasco), entre outras, sofreram ação direta da polícia militar com violência e prisão de estudantes e professores e infiltrados que depredaram as escolas para colocar a responsabilidade no movimento.

Os próximos passos

Em São Paulo, o recuo do governador e a queda do secretário fez com que as escolas começassem a ser desocupadas, contudo algumas escolas se mantiveram ocupadas. Isso provocou uma divisão no movimento. O comando das escolas ocupadas ficou rachado entre aqueles que queriam a desocupação e aqueles que queriam manter. As escolas ficaram sem uma direção e a crise de direção se manifestou outra vez neste movimento. O que ocorreu foram as decisões isoladas em ficar ou sair.

Relato da Ocupação da E.E. Colônia dos Pescadores (Caraguatatuba/Litoral Norte)

A ocupação da escola Colônia dos Pescadores, no Litoral Norte/SP, teve início na noite do dia 26/11. O movimento foi articulado pela UJS, por meio da UPES e da UNE. Um grupo de estudantes do Instituto Federal (IFSP) ligado a estes movimentos chegou com palavras de ordem que iriam ocupar. Alguns alunos da escola tinham sido convidados para a ação, mas esta não estava firmemente vinculada aos alunos da mesma. Concomitantemente, a direção da escola chamou uma reunião a portas fechadas com a liderança do movimento estudantil, da UNE, com o diretor estadual da APEOESP e o advogado, deixando os alunos esperando por quase 2 horas no pátio. Depois desta movimentação, se concentrava no pátio da escola um número considerável de alunos, principalmente do noturno, que decidiram fazer uma assembleia para votar se ocupariam ou não a escola. Durante a reunião, sem nenhum pronunciamento da direção, os alunos votaram em assembleia estudantil pela ocupação da escola.

A escola Colônia dos Pescadores é uma das maiores da região, conta com quase 1400 matrículas. É uma escola central e atende um contingente de diferentes bairros, por ser uma das “melhores” escolas do Estado de São Paulo, de acordo com os índices de avaliação. A escola é muito procurada, os alunos que ali se encontram são escolhidos a “dedo”, assim a escola tem uma lista imensa de espera. Devido a tais características, é a “menina dos olhos” da diretoria de ensino. Na noite de quinta-feira, a direção da escola foi surpreendida pela movimentação.

Na manhã do dia 27/11, a assembleia com mais de duzentos alunos votou a continuidade da ocupação. A partir de então, começou a pressão do governo. A diretora da escola deu entrevista à rádio local, ao vivo, enquanto os alunos pediam a merenda no pátio. A direção, de maneira autoritária, deslegitimava em entrevista na rádio a ação dos alunos. Disse que estava sofrendo ameaças dentro da escola, que o grupo de ocupantes era na verdade de “invasores”, que tinham pretensões políticas, etc. O radialista escancaradamente falou do sindicato dos professores como o mentor do movimento e reafirmava que a disputa era política, uma vez que a diretora da escola é filiada ao PSDB.

Na noite do dia 28/11, os alunos foram surpreendidos por quatro viaturas e cinco motos da polícia militar, que alegavam que tinham recebido uma denúncia anônima de violação de patrimônio público e que tinham de entrar para verificar. Do lado de fora, se encontravam aproximadamente dez professores que tentavam conver-

É importante neste momento perceber que este movimento foi vitorioso em sua luta, fez o governo recuar. Porém com a diminuição das escolas ocupadas precisará se organizar de outras formas. A principal forma de organização dos estudantes no retorno as aulas em 2016 é a formação de grêmios de luta. Grêmios independentes da gestão que possam levantar as reais bandeiras dos estudantes das escolas. Inclusive lutar para que as suas instituições representativas saiam das mãos de oportunistas e carreiristas. A elevação da consciência política dos alunos deste movimento foi sua maior conquista sem dúvida e isso não poderá se perder. Mas para isso precisa de uma direção realmente revolucionária que não vai desviar o foco da luta para questões eleitorais ou que se limitem ao âmbito da democracia burguesa.

Um viva aos estudantes que aprenderam, lutaram e nos ensinaram a não desistir.

sar com os policiais dizendo que não havia a necessidade da força tática. Nesse momento, os militantes do POR se posicionaram em frente ao portão, convencendo outros professores a fazerem o mesmo, para impedir a entrada da polícia. Concomitantemente, parte da burocracia sindical (da Articulação Sindical/PT) entrou na escola para negociar a entrada da PM. O alvo dos policiais era o líder do movimento estudantil, porém, mesmo com essa tentativa de manobra da burocracia sindical, os alunos em assembleia decidiram que apenas um policial entraria para a vistoria do local. Os ocupantes haviam levantado a porta de ferro da cozinha por onde servem a merenda, pois a mesma estava aberta, encontraram comida estragada. Fizemos esse relato ao policial que simplesmente não se importou, ignorando a irresponsabilidade da direção escolar, que depois da ocupação simplesmente abandonou o prédio. Depois de um sermão, o policial teve de se retirar, sendo o tempo todo filmado. Na filmagem, o tenente deixou bem claro que “pegaria apenas um” e os alunos responderam que mesmo assim iriam atrás da viatura filmando tudo o que aconteceria. Sarcasticamente, o tenente respondeu que os mesmos teriam de correr muito.

A partir de então, os alunos assimilaram o método que haviam encampado, ou seja, que a ocupação se tratava de uma ação direta e que a assembleia estudantil era o órgão máximo de deliberação, e foi esta que impediu a ação da polícia. Ao assimilarem que a democracia estudantil era a via de fortalecimento da luta, ficaram mais coesos quanto à formação de comissões, principalmente a de segurança.

No dia 29/11, um movimento contrário à ocupação começa a se erguer do lado de fora e postar nas redes sociais que queriam aulas, que os alunos eram baderneiros, desinteressados, que estavam prejudicando professores e alunos que queriam estudar, e jogaram peso para a desmobilização nos alunos dos 3º anos que estão próximos de receberem o certificado de conclusão do ensino médio.

Na manhã do dia 30/11, alguns pais foram até o portão da escola e em grupos espalhados se encontravam também alguns alunos. Todos foram convidados a participar da assembleia que ocorreria às 8 horas. Alguns alunos entraram para entender melhor a situação, mas os pais que ali estavam se recusaram. Durante a assembleia, a diretora da escola compareceu acompanhada da vice-diretora e quiseram entrar. Na assembleia, os alunos decidiram que a receberiam, pois queriam ouvir o posicionamento da direção em relação à “reorganização” e à garantia de que a escola ocupada não teria nenhuma

sala fechada para o ano de 2016. A diretora se esquivou de todas as perguntas, reafirmou que a escola não passaria por um processo de “reorganização”, tentando convencer os alunos de que reorganização se trata de fechamento de escolas e não de salas. Diante de tal situação, os alunos, já a par dos acontecimentos e das condições objetivas que os arrastavam a ocupação, fizeram a votação diante da direção e “oficializaram” a continuidade da ocupação. Em seguida, a direção pressionou os alunos quanto ao funcionamento da secretaria, de que esta não estaria em recesso, como foi decretado aos professores na sexta-feira dia 27/11, e que os alunos prejudicariam os professores caso não liberassem o espaço administrativo da escola para pagamento dos professores, que em sua maioria são contrários à ocupação. Bem, novamente os alunos em assembleia decidiram que não poderiam ceder a secretaria, pois colocaria em risco a segurança deles, uma vez que sofreriam retaliações de pais e professores. Neste mesmo dia, um professor próximo do PT, representante sindical da escola, defendeu que não haveria problemas em deixar a secretaria trabalhar, mas não fez isso de maneira aberta para os alunos, enquanto isso o diretor estadual da Apeoesp tentava “fazer a cabeça” do representante da UNE que atuava no movimento e de alguns alunos individualmente para que fossem favoráveis à abertura da secretaria. Enquanto acontecia a assembleia dos alunos, um grupo de contra ocupantes se aglutinava do lado de fora e queria entrar. Estavam mais dispostos a tumultuar do que entender, mais uma vez por questão de segurança os alunos decidiram que receberiam todos os alunos na manhã de terça em assembleia para ouvi-los.

Na manhã do dia 1/12, uma aluna apoiadora do movimento, depois de ser constrangida e humilhada nas redes sociais, conseguiu um espaço na rádio local que agredia abertamente os ocupantes. O intuito era de desconstruir a fala do radialista reacionário sobre as ideias de vandalismo e baderna na ocupação, e mostrar que os alunos que buscavam a baderna estavam do lado de fora. No entanto, a entrevista na rádio foi implodida pela presença do diretor estadual da APEOESP, da Articulação Sindical, que aproveitou do espaço dos alunos para fazer a defesa do sindicato que tinha sido diretamente atacado. O diretor do sindicato havia pedido direito de resposta e este havia sido negado. De maneira oportunista o mesmo apareceu pela manhã na rádio local e passou por cima da democracia estudantil que havia eleito uma comissão para ir à rádio. Acompanhava os alunos uma professora da escola, que foi agredida verbalmente pelo coordenador da Subsele de Caraguatatuba. Os alunos se sentiram frustrados e criticaram o papel autoritário da burocracia sindical.

No dia 2/12, em assembleia às 20 horas, o diretor estadual da APEOESP e o tesoureiro da subsele compareceram à assembleia estudantil para esclarecer o episódio que se desenrolou na rádio local, porém, do dia anterior até o momento da assembleia, o diretor estadual teve tempo de se “blindar” com o apoio da UJS do PCdoB e da juventude próxima ao PT. Quando foi proposta uma moção de repúdio à ação do diretor estadual, um estudante de Direito fez uma defesa dizendo que não deveriam repudiar um “dos seus”, o que ficou ambíguo, uma vez que esse estudante de Direito é próximo ao PT. Como a UJS e o PT já haviam se articulado em defesa do diretor estadual do sindicato, mesmo sendo alunos de outras instituições escolares (IFSP, ETEC, etc.), tinham direito a voto e estavam em maioria, a moção de repúdio ao diretor não passou, porém, ficou claro que grande parte dos alunos da escola Colônia votou a favor da moção.

No dia 3/12, havia sido organizado uma comissão de expedição para a escola Aurelina em Ubatuba, que já estava no quarto dia de ocupação. Esta escola, apesar de estar localizada próxima ao centro da cidade e da Rodovia Rio-Santos, conta com uma comunidade carente. Organizaram-se sem as correntes estudantis e a burocracia sindical.

Em Ubatuba, há uma grande quantidade de professores que fizeram a greve de 92 dias, porém se intitulam “autonomistas” e no geral se ausentaram da ocupação dos alunos. Com exceção de dois professores, a grande maioria apenas passou pela escola, ou nem mesmo chegou a passar, vulnerabilizando o movimento devido à falta de direção. Os alunos da escola Colônia dos Pescadores participaram da assembleia para contribuir com o debate sobre a organização e manutenção da ocupação, jogaram peso na formação de comissões, e quiseram saber quem havia “puxado” a movimentação nesta escola, e se surpreenderam quando souberam que ali não se encontrava o movimento estudantil organizado (UPES, UNE, etc.). Os ocupantes da escola Colônia ficaram um tanto intrigados com os episódios de manobra da burocracia sindical que havia ocorrido no dia anterior e com a direção da UJS, no retorno da visita à escola ocupada de Ubatuba, quiseram levantar algumas críticas às correntes estudantis vinculadas ao reformismo. Chegaram em meio a assembleia, ouviram os informes, se depararam com a mesa composta de alunos de correntes reformistas, e ao final tiveram a oportunidade de dizer como havia sido a experiência do movimento de ocupação da escola de Ubatuba, e na sequência não pouparam as correntes, criticando-os de estarem a frente do movimento, porém, muitas vezes, deixando os alunos da própria escola de lado. Os reformistas rebateram dizendo que os alunos da própria escola não tomavam iniciativa, por isso eles vinham tomando a frente. Foi sugerido por um aluno da ETEC, que o movimento estudantil organizado deveria atuar mais como “tutores”, fazendo com que os alunos da própria escola à ficassem a frente das organizações exigidas na ocupação. Uma professora conselheira estadual do sindicato da oposição (Corrente Proletária na Educação), apontou o caráter de manobra que havia acontecido no dia anterior, e os alunos das correntes políticas reformistas, frente à crítica dos alunos da escola e da crítica da professora conselheira, optaram imediatamente por se retirarem, já haviam abandonado a mesa na assembleia, e, depois dos esclarecimentos quanto ao que era manobra, se sentiram ofendidos, e afirmaram que estavam ali em solidariedade ao movimento, que não precisavam dispende de seus tempos, apontando os alunos da escola Colônia como ingratos. Nem todos os alunos das correntes reformistas se retiraram, e nem todos os alunos da escola Colônia compreendiam ou concordavam com a crítica feita pelo grupo de expedição.

No dia 4/12, mediante um suposto racha de alguns estudantes da UJS, apareceu um grupo petista na escola em defesa daqueles, e quiseram tumultuar com conversas de canto, tentando apontar que a conselheira estadual da CPE manipulou os alunos. Os alunos da escola não se posicionaram contra a professora conselheira devido a sua prática, no decorrer da ocupação as ações são claramente percebidas, apesar das correntes reformistas estarem mais próximas dos estudantes da escola. A assembleia deste dia foi conduzida somente por alunos, o presidente da UNE, que não estava presente no dia anterior, se fazia então presente, não foi discutida a retirada dos estudantes de correntes políticas reformistas, e pelo contrário, eles se “solidificaram”, erguendo as ações que deveriam continuar sendo encampadas durante a ocupação. Tanto o grupo petista, quanto os professores apoiadores do movimento (professores da escola e da oposição), se mantiveram como observadores. Encerrou-se a assembleia sem nenhuma posição clara sobre os episódios entre as manobras da burocracia sindical, a atuação da professora conselheira da (CPE) e a permanência de todos os estudantes.

No dia 5/12, no final da tarde, a escola Colônia dos Pescadores se encontrava esvaziada e alguns alunos já pensavam em propor o fim da ocupação, mas de acordo com os informes da reunião da Assembleia dos Estudantes da UBES, que aconteceu em São Paulo, o projeto de “reorganização” apenas havia sido suspenso e não reti-

rado, assim as ocupações deveriam continuar. Para não ferirem a democracia estudantil aguardariam a assembleia no dia seguinte (6/12) quando deliberariam sobre os rumos da luta. Neste mesmo dia, outra comissão de expedição havia sido enviada à escola de Ubatuba, para darem continuidade a troca de experiência. A comissão de expedição chegou e viu que a organização na escola Aurelina em Ubatuba encontrava-se comprometida, os alunos tinham dificuldade de formar as comissões, mantinham regras rígidas como as impostas pelas direções de escola diariamente. Atribuímos tal situação à falta de direção, à ausência do movimento estudantil organizado e à atuação dos “autonomistas”.

No dia 6/12, algumas atividades foram comprometidas, pois alguns professores que ofereciam oficinas da costa sul de São Sebastião não tiveram transporte. Na assembleia, foi votada a continuidade do movimento.

No dia 7/12, apesar da notícia de que o projeto de “reorganização” havia sido suspenso, muitos alunos na escola Colônia ainda se mantinham firmes quanto à continuidade da ocupação, em parte porque se sentiam participantes da ocupação e esta propiciava uma participação plena em diversas atividades culturais. O representante da UNE foi propôs a continuidade até quarta-feira, data da audiência do governador com o Ministério Público no Memorial da América Latina. Ocorreu uma assembleia estudantil, a noite, na qual compareceram dois pais que se posicionaram pelo fim da ocupação, tais pais não participaram do movimento e se pronunciaram em assembleia apenas para se colocarem contra.

No dia 8/12, foi convocada uma assembleia geral, os pais que estavam presentes queriam votar o fim da ocupação. Às 21 horas, a quantidade de pais era massiva, encontravam-se no pátio também 5 ou 6 professores que trabalham na diretoria de ensino, dentre eles supervisores e professores do núcleo pedagógico. A fala do representante da UNE em defesa do fim da ocupação. Deixou claro que seu objetivo era negociar a desocupação, um grande problema, pois esta postura dava margem ao conservadorismo dos pais ali presentes, que tinham o intuito de enxotarem o movimento de dentro da escola. Na assembleia, percebia-se que os alunos ocupantes haviam assimilado o método da democracia estudantil, muitos pais queriam implodir pedindo respeito, mas demonstravam nesta ação um desrespeito à assembleia dos estudantes. Como o método democrático era preservado, os alunos conseguiram manter os trabalhos, garantindo a fala de dois minutos para quem quisesse se posicionar contra ou a favor. Poucos pais falaram, houve grande dificuldade de se posicionarem a favor do fechamento de salas, ou mesmo acreditar na história de que o noturno e outras salas são fechadas por conta de demanda. No decorrer da assembleia, muitos pais revoltados por não terem direito ao voto se retiraram, sem que os alunos tivessem tomado uma decisão. Estes pais se reuniram num canto conduzidos pela supervisora de ensino Lara para organizarem um abaixo-assinado. Foram convidados a retornarem à assembleia, mas não acataram e em sua maioria se dispersaram. Os alunos deram continuidade, encaminharam a princípio três propostas: a desocupação imediata; a desocupação na quinta-feira com ato e possibilidade de re-ocupação caso a pauta das reivindicações não fosse atendida; e a continuidade da ocupação até que tivessem uma resposta oficializada da diretoria de ensino sobre a pauta apresentada. Por fim, organizaram a votação de maneira diferente, colocando a proposta de desocupação imediata ou continuidade da ocupação. Na sequência, votaram se desocupariam na quinta, ou se esperariam o documento da diretoria de confirmação do não fechamento de salas para desocuparem, ganhou a continuidade da ocupação até a apresentação do documento.

No dia 9/12, a polícia civil apareceu na escola com o intuito

de entrar e fazer uma averiguação, os alunos não permitiram a entrada e na sequência entraram em contato com o Defensor Público que acionou o juiz para impedir uma segunda ação policial. Na assembleia da noite, o Defensor Público esteve presente. Apesar dos alunos darem continuidade à ocupação, o fluxo de ocupantes foi diminuindo. O Defensor levou uma sugestão do juiz, de que os alunos desocupassem, pois ele sairia de férias e qualquer outro juiz que entrasse em seu lugar poderia deferir a reintegração de posse. Estava claro que se tratava de uma manobra contra a continuidade da ocupação. Vulneráveis às pressões externas, sem a defesa do juiz que indeferiu a reintegração de posse, com o refluxo do movimento e a chegada das festas de final de ano, o movimento decidiu então que desocuparia a escola na sexta-feira, dia 11/12, finalizando com um ato de rua às 18 horas. O próprio juiz garantiu que daria um alvará aos alunos de averiguação do prédio, para que não incorresse em nenhuma penalidade por dano ao patrimônio.

No dia 10/12, os alunos começaram o processo de organização da escola para a desocupação do prédio, não tiveram muitas atividades devido à arrumação.

No dia 11/12, os ocupantes receberam a presença do juiz para dar um alvará de que o prédio estava em ordem. Como haviam combinado, depois da vistoria, os alunos saíram às ruas em ato para o encerramento da ocupação. O ato não contou com carro de som, nem com a burocracia sindical. Estavam presentes os alunos combativos da ocupação, duas professoras da escola e militantes do POR. O que seguiu o ato foram os jograis e o ponto alto foi a entrada no Shopping central da cidade onde se localiza a rádio local que o tempo todo difamou e criminalizou o movimento. O ato terminou na avenida da praia, em frente a pista de skate onde se concentra um grande número de jovens. Podemos considerar que o movimento na escola Colônia elevou a consciência de luta dos estudantes, conseguiu fazer enorme pressão na escola considerada modelo e por consequência na diretoria reacionária do Litoral Norte. Os alunos encerraram a ocupação, mas estão atentos a pauta de reivindicações protocolada na diretoria de ensino, e disseram que, se esta não for cumprida que eles se organizarão para novas ocupações.

Intervenção do Judiciário

Com o movimento de ocupação que se ergueu na escola central considerada modelo em Caraguatatuba, a diretora da escola junto com a diretoria de ensino da região não mediu esforços em entrar com uma Ação de reintegração de posse. O juiz responsável pela apuração dos fatos optou por fazer uma averiguação pessoalmente na escola ocupada no dia 1/12. O movimento, apreensivo, o recebeu, e para o espanto dos ocupantes o juiz se mostrou favorável à ocupação, elogiou a organização dos alunos, disse que eles deveriam utilizar o alimento da escola, olhou o livro ata e se entusiasmou. A diretoria insistiu que deveria entrar na secretaria, com o intuito de recolher o livro ponto para pagamento dos professores. Em assembleia na presença do juiz os alunos deliberaram que entraria apenas um membro da escola (funcionário ou diretor), assim sendo, foi autorizada a entrada da gerente da escola para recolher o livro, a diretora insistiu que deveria entrar também, mas o juiz junto com os alunos reforçou o que havia sido firmado em assembleia. Tal situação caracterizou uma vitória para o movimento. No dia seguinte, o juiz formalizou o indeferimento da reintegração de posse e afirmou que o movimento estava para além do currículo escolar, que aquele movimento se tratava de fato de um exercício educacional.

No dia 2/12, os alunos recorreram ao Defensor Público. No dia 4/12, foi marcada uma audiência de conciliação com a diretora da escola, a dirigente de ensino e cinco ocupantes, que poderiam ou não

estar acompanhados dos pais. Nesta audiência, foi apresentada a proposta dos alunos, que consistia em: não fechamento de nenhuma sala para 2016, a abertura de salas da EJA, nenhuma punição a estudantes e professores apoiadores da ocupação, redução de alunos por sala de aula e mais participação dos alunos na gestão escolar. Nenhuma resposta foi dada por parte da diretora e da dirigente, desta forma, o juiz assegurou que a diretoria de ensino deverá cumprir a pauta de reivindicação dos alunos, porém, os alunos deixaram claro que esta era a pauta mínima, mas que continuariam ocupados defendendo a pauta macro que é o fim do projeto de reorganização, resistindo junto

com as demais escolas ocupadas no estado de São Paulo.

A maneira como o judiciário procedeu sabemos que se trata de uma exceção, a justiça é burguesa e atua em prol da burguesia, porém desta vez o movimento massivo em todo o estado influenciou os pareceres do judiciário.

Relatamos esse episódio porque evidenciou as contradições da situação política do país e do estado de São Paulo em que o judiciário não teve como servir integralmente ao Plano de “reorganização” de Alckmin. O fundamental, portanto, está em que a juventude deu um importante passo em sua luta independente.

Relato sobre as ocupações na região oeste de S. Paulo

1. O governo Geraldo Alckmin/PSDB iniciou um ferrenho ataque às escolas impondo uma reorganização de toda a rede estadual na segunda quinzena de setembro. Determinou que 94 escolas fossem fechadas, dando lugar a creches municipais e escolas técnicas; outras seriam divididas em ciclos únicos.
2. As consequências desta medida eram nefastas para todos: desemprego dos professores de categoria O, remanejamento de alunos para lugares distantes de sua residência, superlotação das escolas que receberiam os novos alunos, precarização ainda maior das condições de trabalho dos professores efetivos e categoria F e remanejamento compulsório para outras unidades escolares, causando transtornos diversos no processo de atribuição de aulas. Muitos professores ficariam adidos ou teriam de cumprir sua jornada em diversas escolas.
3. Durante o período entre setembro e início de dezembro, professores, alunos e pais saíram às ruas para protestar contra esta medida. Foram várias passeatas que bloquearam as ruas dos bairros e assembleias convocadas pela Apeoesp, com pressão nas Diretorias de Ensino e passeatas nas principais avenidas e ruas da cidade. A bandeira central deste período era de fim da reorganização.
4. No entanto, o governo estava resistente a atender a reivindicação e iniciou o calendário desmonte da escola pública. Seu argumento para os pais e alunos era de caráter pedagógico, ou seja, que os alunos aprenderiam mais com esta mudança. Mas na realidade o objetivo era de cortar gastos e economizar para pagar as dívidas do estado em crise.
5. Uma parcela de pais, professores e alunos aceitou passivamente esta farsa e não reagiu ao ataque. Muitos pais matricularam seus filhos nas escolas determinadas pelo governo e os professores já estavam propensos a ir para as escolas, que foram compulsoriamente remanejados.
6. Outra parcela resistia ao ataque comparecendo às manifestações e exigindo do governo o cancelamento da reorganização. Foi esta parcela, com disposição de luta, que impôs ao governo sua maior derrota. A partir de início do mês de novembro a bandeira central nas assembleias unitárias, defendida pela Corrente Proletária, foi de escola fechada, escola ocupada e a de boicote ao Saresp. No dia 9/11, houve a primeira ocupação de escola, a EE Diadema (CE-FAM), que culminou com mais de 200 escolas ocupadas.
7. As escolas ocupadas passaram a ser o centro das atenções do movimento. Onde havia militantes das correntes atuando, estes propiciaram as condições concretas para que os estudantes iniciassem as ocupações. A experiência dos militantes deram condições para que os estudantes se sentissem seguros contra a repressão do governo. A alimentação, colchões, cadeados, advogados, etc. foram fornecidos inicialmente pelo sindicato. Depois, ao ocuparem e tomarem os espaços da escola, principalmente a cozinha e os alimentos da dispensa, passaram a agir de forma mais independente. No entanto, os professores apoiadores continuavam no portão, em barracas na calçada como forma de proteção contra a polícia e os lacaios do governo, ou seja, os dirigentes e supervisores de ensino das DRE's.
8. Os estudantes que ocuparam não tinham nenhuma formação política. Nunca havia feito uma ação deste tipo. Mas, instintivamente, foram adquirindo o hábito de fazer assembleias para deliberar sobre os assuntos cotidianos e como agir contra a repressão. Mas sempre com o apoio dos professores e do sindicato.
9. As várias correntes que compõem o movimento dos professores do estado procuraram ganhar espaço político nas ocupações. Porém, as dificuldades de aglutinar uma parcela de estudantes sobre sua política era visível. O distanciamento das entidades estudantis (UMES, UEE, UBES e ANEL), ligadas ao PT ou PCdoB, durante décadas deixou um vácuo político que não foi preenchido por nenhuma outra organização. Desta forma, no processo de embate entre estudantes e governo não havia enraizamento destas organizações. Além disso, os Grêmios Estudantis em grande parte não puderam se constituir como organismos de direção das ocupações. Na verdade, o movimento foi principalmente de base e espontâneo. Mesmo em escolas onde havia militantes organizados e que faziam parte do movimento ou inseriram algum membro da universidade para acompanhá-lo não foi possível medir qual foi o resultado final desta ação.
10. Uma parcela dos estudantes estava sob a orientação dos grupos autonomistas (de concepção anarquista). São agrupamentos que defendem uma organização horizontal, sem direção, e são contra todos os tipos de partidos políticos e sindicato. De certa forma, mesmo não arrastando a maioria dos estudantes que estava alheia a qualquer política, foram prejudiciais à organização do movimento. São grupos que atuam por fora do movimento dos professores e não têm nenhuma representatividade nas instâncias do sindicato. As assembleias gerais que faziam não conduziam a lugar nenhum. Estando sempre divididos quanto à direção do movimento.
11. As primeiras semanas de ocupação foram muito tensas. A polícia agia cotidianamente para amedrontar os estudantes e dissuadi-los a desocupar a escola. Mas a resistência heroica destes levou a uma primeira vitória contra o governo. O Ministério Público negou a liminar do governo de reintegração de posse. Essa primeira conquista desencadeou as demais ocupações. Todos os dias havia mais de uma escola sendo ocupada.
12. O governo e seus lacaios da DRE iniciavam, então, os “acordos” eram prontamente rechaçados pelas assembleias dos estudantes. A proposta era de manter os anos finais nas escolas de origem até sua conclusão. Sendo assim, em no máximo dois anos a reorganização estava concluída.
13. Neste período, o governo já dava mostras de esgotamento, pois a

visibilidade do movimento na imprensa, cobrindo as ocupações e a repressão nas ruas e o apoio da comunidade abastecendo as ocupações com doações de alimentos colocava em risco a política do governo e seus índices de popularidade despencavam.

14. Em algumas escolas que atuamos como: EE Pio Telles Peixoto, EE Profº Augusto Ribeiro de Carvalho, EE Silvio Xavier (Norte 1) e EE Anhanguera, EE Miss Browne (Centro) pudemos acompanhar mais de perto o movimento. Porém, o fato de estarmos atuando do lado de fora das ocupações e sendo vigiados constantemente pelo DRE, dificultou o nosso acesso ao interior das escolas. Apesar disso, tínhamos o respeito dos estudantes que viam em nosso apoio uma garantia de continuidade da luta. Foram muitos embates contra os agentes do governo que tentavam em todo momento minar o movimento. No Pio Telles Peixoto, a DRE convocou por telefone os pais para irem a uma assembleia em frente da escola, com o objetivo de que deliberassem pelo fim da ocupação. No entanto, os militantes do POR estavam prontos para ganhar uma parte dos pais indecisos. A dirigente regional e os supervisores levaram cartazes prontos para distribuir na assembleia, com frases pelo fim da reorganização. Mas encontraram dificuldades para convencê-los.
15. Os militantes do POR atuaram cotidianamente nas ocupações, procurando colocar a política revolucionária de resistência ao governo. A baixa politização dos estudantes, fruto de seu distanciamento da política geral de luta dos professores foi um obstáculo para podermos empreender nossa política. Durante o processo de cada escola procuramos conversar com os estudantes propondo debates sobre temas políticos importantes para sua formação. No entanto, a falta de militantes secundaristas que pudessem apoiar dentro das ocupações limitou a ação.

16. No final de novembro, o governo orientou às DRE's que se mantivessem afastadas das escolas ocupadas, com vistas a promover o isolamento do movimento. Uma reunião fechada do governo vazou na imprensa e desmoralizou ainda mais a tentativa de impor as medidas de reorganização da escola pública.
17. No dia 4 de dezembro, após 25 dias de ocupações, o governo foi obrigado a recuar e anunciar em rede nacional a fim da reorganização para o ano de 2016 e demitiu o secretário da educação Hermman. Contudo, não cancelou, mas apenas propôs prorrogar e conversar com a comunidade escolar durante o ano e, com certeza, tentar convencer os pais, professores e estudantes de que seu projeto é de melhoria da escola pública.
18. Mas o movimento não terminou com esta medida do governo. Uma parcela ainda se manteve nas escolas, alegando que o governo deveria anunciar o cancelamento da reorganização. Essa tomada de decisão foi parcial. Algumas escolas começaram a ser desocupadas e outras continuaram.
19. A conclusão que podemos chegar sobre o movimento de ocupação de escolas é que os estudantes assimilaram o método de luta da classe operária, que permitiu a derrota do governo Alckmin. É uma experiência rica e que marcará o movimento estudantil. Contribuirá para facilitar a formação de grêmios estudantis mais combativos e que poderão apoiar as lutas dos professores contra os ataques do governo. Além disso, fica a lição de que devemos nos inserir no movimento estudantil secundarista com o programa proletário. Por último, que a política do POR foi acertada ao defender nas assembleias a bandeira de *Escola Fechada, Escola Ocupada*. Além disso, defendeu a unidade em assembleia dos pais, estudantes e professores.

Relato das ocupações da região de São Mateus

O governo Geraldo Alckmin anunciou a chamada “reorganização” das escolas. Na lista de escolas que seriam fechadas constava três escolas da zona Leste: Salvador Allende, em Itaquera; Guerra Junqueira, na Cidade Tiradentes e Inácio Monteiro III, na COHAB com o mesmo nome. A “reorganização” implicava o fechamento do período noturno em 10 escolas. Essa medida, em uma região onde as escolas estão superlotadas e em péssimas condições deixou os pais de chocados. Sabiam que o fechamento das poucas e precárias escolas era um golpe para seus filhos. Numa região empobrecida, a juventude recorre ao curso noturno para poder conciliar os estudos com o trabalho. O fechamento do turno da noite em 10 escolas era uma desgraça para os jovens-estudantes. O Plano de Alckmin, para reduzir recursos da educação, atingia em cheio os estudantes, pais, professores e funcionários. A resposta veio com as mobilizações.

No dia 20/10, na região de São Mateus, houve uma panfletagem nas portas das escolas, denunciando a “reorganização”. Reuniu alunos, pais, professores e funcionários. Em 12 de novembro, após as ocupações da EE Diadema e da Fernão Dias, os estudantes da Salvador Allende ocuparam a escola. No dia seguinte, houve uma passeata com os estudantes das três escolas da região, que se dirigiu até a avenida principal, Mateo Bei. A mando do governador, a polícia interveio, ameaçando os estudantes e aqueles que apoiavam as ocupações. Aos gritos, os policiais diziam: “tirem estes alunos da rua. Eles não passam de ladrões”. Mas ninguém arredou os pés. Os estudantes ganharam apoio da população e organizaram nova manifestação, no dia 19 de novembro.

No dia 22/11, os estudantes do turno da manhã do 8º e 9º anos, da Escola Décio Ferraz Alvim-Leste 3, ocuparam a escola. Rapidamente,

se organizaram por meio de assembleias e constituíram as comissões que executariam as decisões das assembleias de ocupantes. A diretoria de ensino- Leste 3 iniciou a repressão. Usou o caseiro para uma campanha contra os alunos que estavam ocupando. Dizia “estes meninos são todos baderneiros, quando chegar a noite vou tirar todos a ponta-pé”. Contou com um grupo de jovens que vivem nas proximidades da escola para amedrontar os que estavam na ocupação. A diretora da escola se acovardou. Não reprimiu, porém, ficou chorando em torno da escola. Dizia que queria entrar na escola porque tinha preocupações com os “pequenos alunos que estavam lá dentro, pois poderiam sofrer alguma coisa”. Esta atitude medrosa favoreceu a diretoria de ensino, que passou a contar com “marginais” para aterrorizar os jovens estudantes. Na noite desse dia, esse grupo invadiu a escola e ameaçou os ocupantes. Diante desse fato, pais e alunos decidiram desocupar.

Outro fato importante ocorreu nos dias 24 e 25 de novembro. Os estudantes decidiram boicotar o Saresp, prova oficial do governo. Na Escola Mozart Tavares de Lima, os estudantes foram duramente reprimidos pela polícia. E na Escola Carlos Henrique Liberalli, os alunos da 3ª série ensino médio levantaram a palavra de ordem de boicote.

No final de novembro, as escolas Wilma Flor, Inácio Monteiro III e Salim foram ocupadas e os estudantes da EE Salvador Allende resistiam bravamente. No dia 26, a escola Maria de Lourdes, em Itaquera, também foi ocupada, apesar da repressão da diretoria de ensino.

A experiência das ocupações na zona Leste foi importante para o movimento secundarista. Trouxe como lição a necessidade da organização em grêmios livres em oposição aos grêmios “oficiais” (montados pelos diretores e coordenadores de escolas).

Nesta edição:

- Agrava-se o conflito entre a Arábia Saudita e o Irã
- Contra a privação da liberdade

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Oriente Médio

Agrava-se o conflito entre a Arábia Saudita e o Irã

No dia sábado, 2 de janeiro, o Ministério do Interior da Arábia Saudita anunciou a execução de 47 prisioneiros condenados por “terrorismo e incitação à violência”. Entre os executados, achava-se um dos líderes de Al Qaeda no país, Faris al Zahrani. E fundamentalmente o clérigo xiita Nimr Baqin al Nimr, que liderava os protestos contra a discriminação e repressão da minoria xiita no país.

A notícia da execução do clérigo desencadeou protestos no Irã, onde uma manifestação atacou e queimou a embaixada saudita no Teerã. As autoridades religiosas ameaçaram os sauditas com “o inferno na terra” e apoiaram as manifestações xiitas nos países do Golfo Pérsico. Os protestos ocorreram em vários países (Líbano, Paquistão, Índia, Kuwait, etc.), colocando a minoria xiita em choque com a feudal-burguesia e as monarquias árabes de origem sunita.

No dia 3 de janeiro, o governo da Arábia Saudita rompeu relações com Irã e retirou seus diplomatas do país. No dia 4 de janeiro, foi a vez do Bahrein romper relações e decretar toque de recolher para conter os protestos da maioria xiita, que se chocaram com as forças repressivas na capital do país, Manama. Sudão e Kuwait seguiram a trilha indicada pela Arábia Saudita. Os Emirados Árabes se limitaram a reduzir as relações diplomáticas. Todos se utilizaram dos mesmos argumentos: a “ingerência do Irã nos assuntos internos” das monarquias do Golfo e os ataques à embaixada saudita. Lembremos aqui que a Arábia Saudita invadiu militarmente o Bahrein para esmagar a rebelião popular contra a monarquia que se mantém oprimindo a ferro e fogo a maioria xiita. A intervenção no Iêmen igualmente objetiva manter o controle da feudal-burguesia saudita sobre o país.

As medidas diplomáticas e políticas dos países da Liga Árabe e seus comparsas seguiram um padrão de comportamento, que demonstra comuns interesses em acirrar o cerco contra o Irã. Esses países integram tanto a Liga Árabe (Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Jordânia), quanto a recém-formada coalizão militar de mais de 20 países árabes para “lutar contra o terrorismo” (como é o caso do Egito e do Sudão). Essa coalizão, porém, tem ser-



Protesto no Irã contra a execução de clérigo na Arábia Saudita

vido fundamentalmente ao intervencionismo nos conflitos internos dos países do Golfo Pérsico e como instrumento do imperialismo para impor seus interesses por cima das fronteiras nacionais.

As potências, a Rússia e a ONU condenaram as execuções, cada um apresentando seus motivos. As potências imperialistas reagiram não por razões democráticas ou de direitos humanos. Em última análise, as execuções são manifestações do atraso e do obscurantismo monárquico dos países semicoloniais árabes, que não conseguiram se constituir em repúblicas burguesas. A condenação à execução objetiva assinalar à Arábia Saudita o perigo que traz para as potências, empenhadas em intervir na Síria e esmagar o Estado Islâmico. O acirramento dos conflitos entre o Irã e os países Árabes poderão criar condições para a eclosão de novas manifestações de massas e prejudicar o acordo alcançado com o Irã para abortar seu programa nuclear. Não se trata, porém, de o imperialismo se colocar do lado do Irã. Em última instância, estará com a feudal-burguesia árabe. Essa é a tendência da situação.

Para a Rússia, a ruptura das relações diplomáticas significa um golpe em suas pretensões de chegar a um acordo no conflito sírio. Um choque de maiores proporções estabe-

leceria um novo front de conflito com os Estados Unidos e aliados.

Para a ONU, o problema reside em que as rupturas diplomáticas impulsionam a desagregação das relações mundiais e enfraquecem suas manobras que visam a acobertar as movimentações imperialistas de concentrar esforços diplomáticos na resolução do conflito interno à Síria, Líbia e Palestina.

Como se vê, o que comparecia apenas como um assunto de política interna à Arábia Saudita projetou-se externamente como um fator de acirramento das disputas das frações imperialistas e das feudais-burguesias árabes sobre o curso dos conflitos e guerras civis na região. Está aí por que EUA, França, Inglaterra e Alemanha, assim como a Rússia, pediram a suspensão da execução.

Certamente, não se pode desconhecer que, embora seja um subserviente do imperialismo, a Arábia Saudita tem seus próprios interesses - internos e externos - que não coincidem com a imposições norte-americanas. Basta observar o caráter político das execuções para constatar essa afirmação. Dos 47 executados, 43 eram sunitas radicais (jihadistas) ou opositores que se colocam abertamente pela derrocada da monarquia saudita. Dentre os opositores, achavam-se integrantes e organizadores de protestos que se levantaram contra a ditadura monárquica e que refletiram os levantes que ocorreram no Norte da África e no Médio Oriente. O governo saudita tinha plena consciência de que a execução do clérigo xiita resultaria no agravamento do conflito religioso, que mascara os interesses econômicos da feudal burguesia e do imperialismo.

O agravamento da crise capitalista exigia da Arábia Saudita e do restante países árabes, dependentes da exportação do petróleo, uma solução ao problema da queda dos preços internacionais. O déficit público saudita chegou nos últimos meses ao recorde histórico de 98 bilhões de dólares ou 15% do PIB. Em 2015, os ingressos chegaram aos 162 bilhões, enquanto que os gastos superaram os 260 bilhões de dólares. Para 2016, as previsões econômicas indicam que o déficit atingirá os 130 bilhões. As temerárias medidas de aumentar a produção de petróleo em um contexto de queda tendencial dos preços, visando assim a golpear os interesses dos monopólios norte-americanos e europeus que exploram petróleo de xisto, se voltaram contra a Arábia Saudita. Esperava-se que uma futura alta dos preços mundiais colocaria a Arábia Saudita em posição chave para controlar as quotas de produção e exportação e assim manter seu lugar no monopólio da produção mundial. E o que, por outro lado, ajudaria estabilizar a grave crise interna que atravessa o país. Os desequilíbrios fiscais dos últimos anos alimentaram a oposição interna, no próprio seio da monarquia e colocaram os explorados em rota de colisão com a monarquia. O acordo do Irã com as potências, por sua vez, servia a esse país para ampliar os investimentos estrangeiros, avançar no reatamento das relações, levantar o bloqueio e, finalmente, avolumar as exportações de petróleo (o país conta com a terceira maior reserva do mundo).

Nota-se que um acirramento do conflito entre Irã e os países árabes do Golfo Pérsico serve aos interesses da feu-

dal-burguesia árabe de abortar o desenvolvimento econômico do Irã, de mostrar ao imperialismo que a Arábia é a força mais segura no Oriente Médio aos próprios interesses das potências, e que assim deve ser mantida sua influência regional e esmagar a oposição xiita interna. A riqueza petrolífera do Irã deve ser disciplinada de acordo com os ditames do imperialismo, da feudal-burguesia árabe e da monarquia.

Constata-se que no Oriente Médio se processam as tendências do aumento do intervencionismo imperialista e de choques bélicos que assumem a forma da destruição de importantes parcelas das forças produtivas e da força de trabalho mundiais, assim como o aumento do saque e opressão nacionais. Por sua vez, os levantes nacionais contra as ditaduras, os governos subservientes e o intervencionismo imperialista evidenciam os choques da nação oprimida contra seus opressores internos e externos. No entanto, as massas pagarão com sangue o avanço das tendências de desagregação capitalista mundial e a disputa inter-burguesa pelo controle das fontes de matérias primas, caso não se levantem em combate com seu próprio programa e com os métodos da luta de classes.

A experiência histórica recente ensina que diante da impossibilidade de a classe operária assumir a liderança da nação oprimida e se projetar como força social das transformações revolucionárias se potenciaram os movimentos nacional-religiosos da jihad, apoiados no atraso e no obscurantismo religioso. E fundamentalmente que a ausência de partidos marxistas-leninistas-trotskistas, capazes de projetar a luta democrática e nacional em luta revolucionária pela expropriação da burguesia e a constituição de governos operários e camponeses, servem, em última instância, ao imperialismo e às classes dominantes nativas, que, sob a justificativa de "combater o terrorismo mundial", têm pisoteado o direito à autodeterminação nacional e descarregado sobre as massas os custos da crise capitalista mundial.

Coloca-se a urgente necessidade de superar a crise de direção revolucionária, que do interior dos confrontos de classe e dos levantes nacionais se erga uma vanguarda sobre a base do programa e da estratégia do proletariado, aplicadas às particularidades nacionais. A defesa da independência nacional, da expropriação dos monopólios e da nacionalização dos meios de produção, da expulsão do imperialismo e da constituição de governos operários e camponeses, constituindo a unidade federativa dos povos e etnias árabes, sob a forma dos Estados Unidos Socialistas de Médio Oriente constituem o programa da luta anti-imperialista e anticapitalista das massas árabes.

A tarefa imediata dos revolucionários é, portando, a de se colocar à altura da nova etapa de desintegração capitalista e da luta de classes, avançando à construção dos partido marxista-leninista-trotskista em nosso próprio país. A compreensão dos acontecimentos mundiais que abalam os alicerces do capitalismo e exigem que as massas se lancem ao combate nos auxilia no trabalho revolucionário no Brasil. Certamente, objetivo geral é o de dirigir todos os esforços pela reconstrução do Partido da Revolução Socialista Mundial: a IV Internacional.

Karl Liebknecht nasceu em 1871 e foi assassinado pela polícia de Berlim, em 15 de janeiro de 1919. Líder do movimento operário revolucionário alemão. Com Rosa Luxemburgo e Franz Mehring, organizou a Liga Spartacus, como posição revolucionária diante do revisionismo e social patriotismo da Segunda Internacional. Fundador do Partido Comunista Alemão e do movimento da juventude comunista. Antes da primeira guerra mundial, se destacou entre os revolucionários pela luta contra o militarismo. Foi sentenciado a 18 meses de prisão por ter escrito o folheto “Militarismo e anti-militarismo”. Converteu-se no símbolo do internacionalismo proletário e da irreconciliável oposição à guerra imperialista. Em 3 de agosto de 1914, se opôs a votar os créditos de guerra na reunião da fração parlamentar socialdemocrata, ainda que obedecendo à disciplina partidária, votou em favor na reunião do Reichstag de 4 de agosto. Na votação de 2 de dezembro de 1914, foi o único deputado que votou contra. Pouco antes, publicou na imprensa social democrata da Suíça, juntamente com Rosa Luxemburgo, Franz Mehring e Clara Zetkin, uma declaração contra a posição oficial do partido. Em março de 1915, em uma votação no Reichstag, se colocaram contra os créditos de guerra Liebknecht e Otto Rühle. Em 1915, iniciou a publicação de suas “Cartas de Espártaco”. Enviou à Conferência de Zimmerwald uma carta com a bandeira de “Não paz civil, mas guerra civil; esta é nossa bandeira”. Em 12 de janeiro de 1916, a fração parlamentar socialdemocrata o expulsou. Em 1º de março de 1916, distribuiu panfletos antibélicos na Praça de Postdam de Berlim, foi preso e condenado a trabalhos forçados. Saudou a revolução de Outubro como um exemplo a imitar. A revolução de novembro de 1918, na Alemanha, o libertou do cárcere. Juntamente com Rosa Luxemburgo e Leo Jogiches (Tyshko), organizou o Partido Comunista Alemão, que, em dezembro de 1919, rompeu toda relação com o Partido Social Democrata Independente (Kautsky e Haase). Como membro do comitê revolucionário, dirigiu o levante dos operários de Berlim, em 1919. O governo de Scheidemann o prendeu e dois junkers o assassinaram.

(Extraído das Obras Completas, Guilherme Lora, tomo LXVI, dicionário)

Traduzimos do espanhol o texto de Karl Liebknecht, “Contra a privação da liberdade”, da primavera de 1918. Trata-se de uma preciosa formulação marxista sobre a justiça e os cárceres edificados pelo Estado burguês. Apesar de se referir às prisões alemãs e se situar no início do século XX, mantém na atualidade uma impressionante vigência. Liebknecht nos faz ver que o criminoso é uma criatura da sociedade de classe e que nos cárceres se tornam uma vítima completamente indefesa. Chama a atenção à aguda observação do revolucionário alemão sobre o vínculo entre a personalidade humana e as relações sociais. É nessas criaturas que descem no mais fundo das deformações, chagas, perversões e misérias do capitalismo que se pode revelar a natureza desumanizadora da sociedade de classes. É o que faz Liebknecht munido do marxismo e da experiência observada. Liebknecht passou pelo cárcere do governo alemão. Em 1914, conheceu de perto a privação da liberdade, simplesmente porque escreveu contra o militarismo. Em 1916, voltou ao cárcere como agitador contrário à guerra imperialista. Teve sua terceira prisão em 1919. Sem dúvida, o esboço *Contra a Privação da Liberdade* é fruto da experiência direta nos cárceres da burguesia. Com essa publicação, que coincide com o dia de seu assassinato, o POR inclui em suas posições programáticas os ensinamentos de Karl Liebknecht sobre a privação da liberdade.

Contra a privação da liberdade

Esboço – Primavera de 1918 – Karl Liebknecht

Os presos deveriam unir-se aos demais homens, à sociedade. Longe disso, são radicalmente separados, arrancados da sociedade, até mesmo afastados de sua família.

Dever-se-ia associá-los aos interesses da comunidade, interessá-los por ela; pelo contrário, são convertidos em estranhos e até se aprofunda, pelo isolamento artificial e imposto, seu desconhecimento desses interesses. Os prisioneiros não recebem nenhuma notícia do mundo exterior, fora das notícias de ordem totalmente íntima. Não recebem jornais (exceção das notícias militares em tempo de guerra).

Dever-se-ia familiarizá-los com atividade intelectual, impregnados dela, embeber com ela seu espírito. Pelo contrário, consideram-se as ocupações do espírito, a leitura, etc. ..., como um favor, quando seria necessário fazer delas um verdadeiro sistema de cultura e educação. Os lazeres, que para a “correção” (quero dizer, a correção e o aperfeiçoamento individuais) são, pelo menos, tão importante como as horas de trabalho, são reduzidos ao máximo possível.

Dever-se-ia despertar sistematicamente neles a consciência de sua personalidade (Educação da personalidade, vejam *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister*, V, página 16). Pelo contrário, ataca e destrói-se sistematicamente a débil personalidade que possam ter, impõem-lhes limites se não for possível destruir completamente. Confinam-na nas regiões subterrâneas mais secretas, mais baixas, corrompendo, pervertendo e envenenando os bons germens em contato com os maus.

Dever-se-ia acostamá-los a companhia de homens de coração hábeis na pedagogia, acostamá-los a falar com eles com inteira liberdade, a fazer com que esse tratamento fosse para eles uma necessidade. Pelo contrário, os prisioneiros são entregues unicamente à influência recíproca, tão nociva, a sua perdição recíproca, vendo-se quase sempre tratados como objetos. Os carcereiros, salvo algumas exceções, não se aproximam deles e não têm,

por outro lado, nenhuma qualidade pedagógica (não mais que um militar). O esquematismo e o adestramento em massa substituem o tratamento individual, a desconfiança perpétua substitui a confiança.

Dever-se-ia habituar os prisioneiros à franqueza e à confiança, fazendo assim aparecer e cultivar os bons germens que levam em si; pelo contrário, habituam-nos à hipocrisia, a dissimulação, a uma vida moral subterrânea e também a uma vida exterior subterrânea e secreta.

Dever-se-ia proteger e desenvolver metodicamente os rudimentos da confiança que pudessem ter em si mesmos. Pelo contrário, destroem e desarraigam-se sistematicamente neles todo o germen de confiança.

Dever-se-ia tratá-los e educá-los individualmente, mas, ao contrário, são adestrados de maneira esquemática.

Dever-se-ia acostamá-los a um tipo de existência que lhes servisse de norma depois de sua libertação, mas se lhes impõem um emprego de tempo que (abstração feita da obrigação do trabalho) é anormal e, melhor ainda, impossível.

Freia-se neles toda tendência, tão preciosa, no entanto, a atividade, afoga-se neles todo esforço e se lhes obriga a acomodar-se rapidamente, favorecendo assim por uma ampla obscuridade (em tempo de guerra se diminui até um grau máximo de luz artificial) todos os desvios imagináveis.

Dever-se-ia fortalecer nestes homens socialmente débeis, com vistas à luta livre pela existência; pelo contrário, se lhes corrompem e se minam suas forças.

Dever-se-ia desenvolver neles todos os germens da personalidade; pelo contrário, destroem-se estes germens, de maneira que ao serem postos em liberdade como crianças atordoadas, empregam esta liberdade para cometer escândalos.

Inclusive seu trabalho não é mais do que um trabalho de batalha pela concorrência infâmia e não um ensinamento regular.

Dever-se-ia uni-los estreitamente às suas famílias; pelo contrário, são separados completamente delas, frequentemente, com grande prejuízo para elas mesmas. Portanto, em lugar de fazê-los trabalhar para sua família, condena-se esta à miséria.

Dever-se-ia cuidar e fortalecer suas inclinações à solidariedade; pelo contrário, se cultiva nelas um egoísmo baixo e mesquinho.

Dever-se-ia, depois de sua libertação, abrir-lhes amplamente todos os caminhos e todas as portas (há mais alegria no céu para um pecador arrependido que para noventa e nove justos), mas são marcados com o ferro da infâmia para sempre. Não podem encontrar nenhum trabalho, os operários se negam a miúdo a trabalhar com eles.

Enquanto isso a assistência aos condenados postos em liberdade mostra toda a impotência da sociedade na luta contra o crime. Esta assistência prende e estigmatiza o libertado; é, sob seu aspecto atual, uma úlcera, um grilhão que o preso libertado arrasta em seus pés e que não vale muito mais que a vigilância da polícia, um grilhão que forma criaturas bizantinas, hipócritas, temerosas, devotas, inescrupulosas, tímidas, etc. e não o caráter, pois o caráter não se forma a não ser como temperado, como ferro, pelos combates que o homem se empenha pessoalmente e não pela graça e benevolência do céu. Não se pode formar caracteres mais que engrandecendo o espírito de independência e não torcendo sempre seus impulsos, tensionando constantemente os nervos, não podem resultar senão do próprio trabalho do criminoso e não de uma benção do céu, devem formar-se ativamente e não passivamente, por assim dizer, revolucionariamente na alma mesma do criminoso e não despoticamente, como um favor caído do alto.

Compreende-se também o quanto útil lhes seria uma organização autônoma de socorros, criada pelos mesmos presos libertados? Quanto lhes ajudaria a lutar contra as causas do crime, por sua regeneração ativa?

Em resumo: em lugar de corrigir a perversão social dos criminosos, esta é agravada ainda mais, e é agravada até o desespero pela negligência social ou às vezes, inclusive pela destruição das famílias que deixam atrás de si, sem o menor socorro – círculo vicioso da pena de prisão -, e este agravo é, sobretudo, o resultado da pena de prisão em cela, tão elogiada por Krohne, Finkelbourg, etc. (além disso, concorrência infame que reduz os salários, trabalho de batalha).

Não se procura dar ao preso uma educação profissional com vista a profissão futura, mas sim destruir as qualidades que pudessem ter antes de sua condenação, fazendo-lhe perder o hábito de seu trabalho ou acostumá-lo ao trabalho como uma batalha, o que é particularmente funesto para os mais jovens, cuja educação profissional ainda não é sólida, e perdem assim todas as suas qualidades técnicas, e para os mais velhos que estão próximos do fim da atividade social útil.

São obrigados a trabalhar, mas de modo tal que este trabalho se converte, quando devia ser um prazer, em uma violência. Como regra geral, um salário irrisório, que constitui um dom gratuito, não um direito; além disso, somente depois de três anos de encarceramento é que adquirirá o direito a utilizá-lo e somente até um total máximo de um marco por mês, quando são cobrados mais de 30 marcos. Portanto, o salário não serve absolutamente para

nada na maioria dos casos. Penas disciplinares: cadeias, castigos corporais (correntes ainda hoje).

Para o tratamento médico, enfermeiros de hospitais!! (sem ideia).

Obtém-se uma certa regularidade na vida exterior, mas uma regularidade penosa e contra a natureza que não pode nunca, em caso de liberdade, converter-se em um hábito pessoal, nem sequer em uma possibilidade, e da qual se livram o mais rapidamente possível, e não sem razão, depois da libertação, como de um grilhão humilhante.

Impedem-se certos atos repreensíveis, mas com meios que não fazem desta proibição um ato livre, mas uma penosa imposição que dificilmente é suportada e a contragosto, em vez de fazer dela o resultado de uma vontade independente ou simplesmente do hábito. Dever-se-ia reduzir todo o possível do preso a praga do crime; pelo contrário, se faz todo o possível por precipitar ao abismo toda a família do preso, o que é muito fácil, uma vez que a própria prisão constitui um foco de contágio criminal, de primeira ordem onde se desenvolve como um terreno propício a todas as taras dos débeis, dos oprimidos, dos párias (timidez, hipocrisia, espírito de delação, desconfiança, tendência à mentira), na medida do possível aniquilando ou amortizando, comprimindo, embotando toda energia, em vez de encaminhar habilmente pelo bom caminho os

espíritos extraviados; desenraizando, consumindo tudo que for possível da faculdade de iniciativa para tornar os presos instrumentos dóceis do poder soberano dos carcereiros. De maneira geral, tudo isso tende a desarmar e desemperrar completamente os presos com vistas à luta pela existência, que terão de se submeter, uma vez postos em liberdade, em vez de prepará-los e fortalecê-los.

Deste modo, todas as tentativas de “readaptação social” dos criminosos pela privação da liberdade são, não só absolutamente inúteis como estão destinadas de antemão ao fracasso

mais completo, não só um suplício de Sísifo, e numa hipótese mais favorável um desejo dos piedosos sonhadores “humanitários”, como também o modelo do círculo vicioso. Agrava-se o mal que se pretendia acabar ou, pelo menos, diminuir e o transfere do culpável ao inocente, a quem se precipita mais profundamente na miséria e no desprezo, convertendo-o em presa fácil do desgosto e debilidade físicos e do transtorno intelectual e moral, também do crime e da prostituição.

É impossível isolar o crime enquanto fenômeno social. Não é possível combatê-lo a não se assimilando-o estreitamente ao conjunto dos fenômenos sociais dos quais se depreende, como o pus da úlcera de que padece o corpo social, da qual emana sem cessar, e unicamente com meios sociais, destruindo as causas sociais do crime, obstruindo suas fontes, combatendo a miséria sob todas as formas, a ignorância, o isolamento e desenvolvendo a personalidade, a livre energia e a franqueza de consciência.

Além disso, toda “educação”, toda ação moral e intelectual não pode ter efeitos sérios e permanentes a não ser que se criem antes as condições sociais necessárias para conseguir este resultado.

(Extraído do livro *La Comuna de Berlín*, Rosa Luxemburgo e Carlos Liebknecht, *Contra la Privación de Libertad*)



Liebknecht discursa em uma manifestação durante o levante em Berlim, janeiro de 1919